

ensaios pedagógicos

Geografia

Revista de Artigos e Produção Acadêmica do Curso de
Geografia da Unifacvest

Ano I - Nº 1 - jul/dez 2019

ENSAIOS PEDAGÓGICOS - ISSN 1679-3617

ENSAIOS PEDAGÓGICOS - Revista de Artigos e Produção Acadêmica do curso de Geografia da Unifacvest. Lages: Papervest Editora, nº 01, julho a dezembro de 2019, 77p.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST
Mantenedora: Sociedade de Educação Nossa Senhora Auxiliadora

Publicação da Papervest Editora
Av. Marechal Floriano, 947 - Cep: 88.503-190 - Fone: (49)3225-4114 - Lages / SC

www.unifacvest.net

Ensaios Pedagógicos - Geografia

Revista de Artigos e Produção Acadêmica do Curso de Geografia da Unifacvest

Editor - Renato Rodrigues

Conselho Editorial - Coordenações de Curso

Diagramação - Giovani Marcon e Marcelo Antonio Marim

Ensaios Pedagógicos Geografia - Revista de Artigos e Produção Acadêmica do Curso de Geografia da Unifacvest - Ano I, nº 1, Lages: UNIFACVEST - julho a dezembro de 2019, 77p.

Semestral
ISSN 1679-3617

1. Educação - 2. Ciências
I. Título

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST

Reitor

Geovani Broering

Pró-reitora Administrativa

Soraya Lemos Erpen Broering

Pró-reitor de Pesquisa e Extensão

Renato Rodrigues

Pró-reitor Acadêmico

Roberto Lopes da Fonseca

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que o Centro Universitário Unifacvest entregam a comunidade acadêmica e sociedade em geral mais uma Revista Ensaios Pedagógicos.

O papel de uma instituição de Ensino Superior é garantir o desenvolvimento do tripé que sustenta a universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão). É com este espírito que o Centro Universitário Unifacvest tem atuado nestes últimos anos, garantindo qualidade e possibilidade de desenvolvimento intelectual, gerando uma melhor expectativa de crescimento econômico e buscando a garantia da cidadania em sua plenitude.

Uma revista científica cumpre uma missão consagradora das pesquisas de professores de nossa instituição, que vão de projetos individuais a coletivos. A divulgação dos resultados destes processos de trabalho é o objetivo central desta revista, que dará visibilidade a estas iniciativas e seus resultados.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossa disposição de sempre estar apoiando projetos criativos e inovadores nas diversas áreas do conhecimento, respeitando as peculiaridades das diversas ciências e de nossos professores/pesquisadores.

Neste sentido, convidamos mais profissionais que atuam em nossa instituição para escreverem artigos e participar deste projeto de fazermos da Revista Ensaios Pedagógicos um canal sério e dedicado à pesquisa de ponta, além de ser uma Revista Científica multi-temática que estará dialogando com profissionais de outras instituições de Ensino Superior do Brasil e do Exterior.

Geovani Broering
Reitor do Centro Universitário UNIFACVEST

SUMÁRIO

CARTOGRAFIA AMBIENTAL: O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO ENTORNO ESCOLAR DO BAIRRO SANTA CLARA/LAGES SC	
Cristian Roberto Antunes de Oliveira.....	01
ALCOOLISMO EM MULHERES: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA COM GRUPO TERAPÊUTICO	
Daniella Teixeira Batista; Claudia Waltrick Machado Barbosa; Gustavo Capobianco Volaco.....	08
A CONTRIBUIÇÃO DE GRUPOS DE APOIO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Claudia Waltrick Machado Barbosa; Igor Alex Maia Lopes; Edi da Silva.....	25
A RELAÇÃO DO VÍNCULO MATERNO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
Claudia Waltrick Machado Barbosa; Manoela de Fátima da Cruz Santos; Íria Catarina Queiôz Baptista; José Batista Couto; Mercedes Maria Gevaerd.....	38
ADOÇÃO TARDIA: O PAPEL DO PSICÓLOGO NA REINTEGRAÇÃO FAMILIAR	
Claudia Waltrick Machado Barbosa; Ruane Maynni Gitirana do Amaral; Alexandre Antunes Ribeiro Filho; Cristian Roberto Antunes de Oliveira.....	51
VIVÊNCIAS NA GEODIVERSIDADE DA ILHA DE SANTA CATARINA: A PRAIA DO PÂNTANO DO SUL	
Roberta Alencar.....	62
NIVELAMENTO GEOGRAFIA – PARTE I: NOÇÕES ELEMENTARES E GEOGRAFIA DO BRASIL	
Prof. Dra. Giséle Neves Maciel / Núcleo de produções EaD/ Unifacvest.....	63
NOTAS GEOGRÁFICAS SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD: MERCADO EDITORIAL, O VELHO MARX E NÓS	
Giséle Neves Maciel (In memoriam à Professora Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira).....	70
NORMAS PARA COLABORADORES	77

CARTOGRAFIA AMBIENTAL: O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO ENTORNO ESCOLAR DO BAIRRO SANTA CLARA/LAGES SC

Cristian Roberto Antunes de Oliveira¹

RESUMO

O processo de formação de um espaço geográfico se constitui de diferentes formas, sendo permeado por forças internas e externas que influenciam na transformação do lugar. Sendo assim, alguns elementos geográficos são imprescindíveis para se conhecer a história de um bairro, entre eles a dinâmica que envolve a transformação da paisagem, que perpassa por elementos da natureza e a intervenção humana, influenciados pela ocupação e uso do solo neste espaço. A cartografia tem como objetivo mapear os caminhos que constituem o estudo, indexando a sua relevância com a Educação Ambiental formal, que tem como perspectiva, promover ações de conscientização no espaço escolar, a fim de minimizar os danos ambientais no entorno escolar. Essa discussão é parte da pesquisa de dissertação intitulada: Educação Ambiental: Percepções dos Professores e Moradores sobre a Transformação da Paisagem no Entorno Escolar do Bairro Santa Clara-Lages/SC. Diante da temática traçada, surge a necessidade de aproximar-se do referencial teórico amparado em: Santos (1994); (1996); (2002); Cavalcanti (2004). Além do Jornal Impresso da Cidade- Correio Lageano e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (2012). Do ponto de vista metodológico essa pesquisa é definida com uma abordagem qualitativa. E sua coleta de dados é alinhavada por meio documental e análise documental. O texto tem como objetivo discutir a Educação Ambiental formal como estratégia de fortalecimento da comunidade escolar quanto às transformações ambientais e da paisagem do entorno escolar.

PALAVRAS-CHAVES: Cartografia; Espaço geográfico; Transformação da Paisagem; Educação Ambiental Formal; Entorno Escolar.

¹ Doutorando em Educação – UCS – Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Educação (UNIPLAC). Especialista em Docência do Ensino Superior (UNIASSELVI) e Especialista em Supervisão e Orientação Pedagógica (UNIFACVEST) Licenciado em História (UNIASSELVI), Geografia (UNIPLAC) e Pedagogia (UNIFACVEST)

Cartografando o espaço escolar: possibilidades de conscientização por meio da perspectiva da Educação Ambiental Formal

“Saber um mapa é ver, pelos símbolos, o espaço que ele representa.”

- Rubem Alves

A cartografia é a ciência que estuda a representação do espaço, por meio dos mapas, e que é capaz de traduzir em imagens, vivências e experiências, de sujeitos alocados em diferentes contextos espaciais, na perspectiva do local/global.

[...] cartografia é a arte e a ciência de elaborar mapas; é arte perfeita para satisfazer as exigências de um conjunto de preceitos, conceitos, é como: saber escolher e aproveitar os dados literários geográficos, possuir um senso instruído e construído, é uma habilidade experimentada, é um desenho minucioso do lugar, é arranjo dos símbolos. (SANTOS, 1999, p. 10).

A leitura do espaço é o meio pelo qual podemos compreender a relação do homem com o processo de modificação da natureza, o espaço é formado por um conjunto de fatores de ordem social e natural, sendo que por diversas vezes, modificado pela força do trabalho.

O espaço geográfico é complexo em sua organização, pois trata da relação do homem com a natureza e suas diversas manifestações.

Santos (1994, p. 88) assevera que “o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”. Dessa forma, o espaço é um misto entre o social e o físico. É por meio do espaço que outras categorias importantes da geografia, se conectam, a exemplo: o lugar, a paisagem e o território.

Nesse movimento mediatizado na concepção de Santos (1994), podemos entender que a relação da composição do espaço com o global, se dá a partir da compreensão do todo, ou seja, de um espaço territorial de escala local, regional, nacional e global.

Para Gomes (2002, p. 172), três características definem o “espaço geográfico”: 1) o espaço é sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; 2) o espaço compõe-se pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais; 3) a disposição das coisas materiais tem uma lógica ou coerência.

Santos (2002) apresenta algumas categorias que orientam o movimento de constituição do espaço e sua relação com a natureza.

O esquema acima demonstra a relação do espaço com tudo que está em seu entorno, dessa forma o espaço é o meio pelas quais as demais categorias se relacionam para explicar conceitos geográficos e suas manifestações da relação sociedade/natureza.

O espaço é o movimento das relações físicas e sociais do que acontece no planeta.

Nesse sentido, emerge a importância de ensinar e aprender em Educação Ambiental Formal, pois esse movimento dialético é um processo de grande relevância nos espaços escolares, onde a mesma proporciona por meio de sua articulação, mudanças de comportamento para a formação consciente e fortalecimento do pensamento

socioambiental de cidadãos aptos a contribuir com a vida em seu espaço local e global. Quando discutimos Educação Ambiental em nossas escolas, por diversas vezes conscientizamos nossos estudantes apenas sobre conceitos básicos de sua ação individual para o coletivo, ou seja, trabalhamos em nossas salas de aula temas que fazem parte dos debates evidenciados na grande mídia, a exemplo: ensinamos conceitos de coleta seletiva, preparamos nossos educandos para atitudes de conservação de tudo aquilo que está escasso, bem como discutimos sobre temas que fazem parte dos conteúdos curriculares e apresentam correlação com a EA de forma transversal.

Porém, essas discussões acontecem, e muitas vezes não alcançam os resultados que se esperam. É notório que é importante que esses temas se façam presentes na vivência escolar, mas devemos na condição de professores ampliar essa visão dos sujeitos que passam por esse ambiente, e essa deve partir do micro para o macro, atuando na formação crítica e no desenvolvimento de um pensamento socioambiental.

A EA divide-se em sua conjuntura entre educação formal e não formal, sendo a educação formal a que envolve estudantes em geral, desde a educação infantil até a fundamental, média e universitária, além de professores e demais profissionais envolvidos em cursos de treinamento em Educação Ambiental, e, é essa a que iremos adotar neste estudo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DC-NEA/2012), de grande importância por orientar especificamente a EA no ensino formal/regular, partindo de uma visão crítica, considera ser importante que as práticas escolares não se reduzam a atividades ingênuas que pouco permitem mudanças socioambientais.

O desafio de disseminar a EA nas instituições de ensino é também o meio de instigar os sujeitos que compõem a sociedade, a refletirem sobre suas práticas no meio ambiente em que vivem. Percebe-se que os espaços escolares são o lugar ao qual a conscientização ambiental deve emergir de forma mais intensa, sabendo-se que é nesse espaço que podemos obter resultados mais consistentes, pois a mudança de comportamento perpassa também pelo exemplo, que na condição de educadores reflete como tarefa imprescindível nesse processo.

Amparado no que reflete Carvalho (2001, p.47) a formação para uma consciência ambiental na infância conduz para um comprometimento ainda maior da forma como a EA é discutida no espaço escolar.

Dentro da escola é importante promover discussões, a partir da localização que os sujeitos estão inseridos. Essa premissa é fundamental para que se aproveite ao máximo a promoção da criticidade dos educandos, sobre as transformações naturais/ambientais que acontecem em seu entorno.

Esse processo de discutir os problemas ambientais que fazem parte do dia a dia das crianças constrói uma visão de respeito ao ambiente em que estão inseridos, e de forma gradativa reflete na percepção ambiental do todo.

Sendo assim, as discussões ambientais da cidade em que eles estão situados, precisam ser os primeiros conceitos abordados na perspectiva da EA, pois dessa forma estaremos situando-os em seu espaço local.

O processo de desenvolvimento de uma EA cada vez mais interligada com a rotina de projetos e atividades interdisciplinares na escola, não se dá de forma fácil. Em diferentes momentos ela acontece de forma isolada, sendo disseminada por um pequeno grupo de educadores, ou na grande maioria das vezes centralizada nos professores das

disciplinas de ciências e geografia.

Percebe-se que é necessário fomentar atitudes para uma cultura de integração desses temas na vivência da escola, na busca da superação do etapismo. Além das situações de isolamento das temáticas ambientais nos espaços escolares, outros problemas podem ser elencados como exemplo: a carência do aperfeiçoamento continuado dos docentes para uma visão ambiental.

De acordo com o exposto acima, quando se fala de aperfeiçoamento continuado, chama-se atenção para a importância do professor buscar cursos, leituras, seminários, enfim apropriar-se das temáticas que perpassam pelas questões ambientais, afinal na atividade docente não se pode ensinar aquilo que não se tem propriedade, ou até mesmo aquilo que não se acredita, sendo assim o pensamento socioambiental deve partir em um primeiro momento do docente, para que aí sim ele ganhe espaço no 'chão da sala de aula'.

Segundo Effting (2007), há no mínimo três dificuldades a serem vencidas no processo da efetiva implementação da educação ambiental no âmbito escolar:

Conforme figura acima, as dificuldades expostas perpassam por uma mudança de comportamento dos profissionais da educação, no que tange a interdisciplinaridade do tema, para um currículo escolar que não seja engessado, bem como um trabalho coletivo que ganhe espaço nas escolas e torne as temáticas ambientais presentes inclusive no Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino.

Este processo de fortalecimento nas escolas visa promover uma EA em que os estudantes estejam inseridos, sintam-se parte dela e da disseminação de seus valores, tornando-se educadores ambientais para além dos muros da escola, só assim, dê fato, podemos desenvolver ações de cunho benéfico para o futuro do planeta.

A EA Formal nos espaços escolares tem em sua essência o desafio de cumprir com um papel social de enorme significado nas suas comunidades escolares em que estiver presente, seja nos bairros, ou nas cidades. Mais que teoria, a prática de ações deve ser o carro chefe para sua consolidação, e aqui se destaca alternativas para esse processo de reflexão e incentivo nas salas de aula: atitudes voltadas à coleta seletiva, cobranças por saneamento básico, preservação de áreas de afloramento de aquíferos, contribuição com hortas comunitárias, enfim, diferentes campanhas que possam agregar no fortalecimento de uma consciência socioambiental que se pautem em uma ética ambiental de todo processo.

Considerando toda essa importância da temática aqui descrita, faz-se necessário salientar que a educação ambiental na visão integrada de mundo, no tempo e no espaço, as escolas são privilegiadas na implementação de atividades que propiciem essa reflexão, pois isso necessita de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar (DIAS, 1992).

A EA deve estar presente de forma contínua, seja por meio da educação formal, nos espaços escolares ou não formais, envolvendo todas as camadas da sociedade. É de suma importância entendermos que não se procura conceber uma EA fragmentada entre formal ou não formal, uma vez que essa concepção é meramente para distinção dos focos de atuação, o que dê fato possui relevância é o rompimento de barreiras para consolidação de políticas públicas que tenham efeito real em todas as camadas sociais.

O estudo da categoria paisagem está intrinsecamente ligado com o lugar ao qual ela se manifesta e expressa suas transformações. “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais”. (SANTOS, 2002, p.107).

A paisagem é evidenciada no meio natural e faz parte da constituição da história do espaço geográfico, pois suas transformações constituem a identidade do lugar. Bolós (1981) define o conceito de paisagem da seguinte forma:

A paisagem como “uma área geográfica, unidade espacial, cuja morfologia agrega uma complexa inter-relação entre a litologia, estrutura, solo, fauna e flora, sob ação constante da sociedade, que transforma”. Sendo que o espaço geográfico é onde as intervenções da sociedade alteram-se ao longo do tempo e sua dinâmica e evolução são determinadas por processos históricos e naturais. (BOLÓS, 1981, p. 55).

Quando observamos as “forças” que alteram o espaço, percebemos que a transformação da paisagem e sua própria identidade, se dão por meio de processos naturais e históricos, isso evidencia a característica do lugar. Com essa modificação constante, a paisagem nos revela a memória de um espaço vivido e como consequência transformado/ocupado.

A Paisagem revela ainda, elementos importantes da ocupação de um determinado lugar e as características dos sujeitos que fizeram parte dessa transformação, alterando então o natural e impregnando o cultural. A paisagem não é homogênea, sua modificação é constante.

Trabalhar esses conceitos dentro da escola é de suma importância para que estudantes reconheçam por meio dessa categoria, o grande processo histórico e social que se tem com os fluxos de urbanização, e esse relacionado com a ocupação/transformação do espaço. Compreender esses conceitos torna os estudantes críticos, e atentos à história local de seu bairro, o que lhe confere discernimento para entender as razões da alteração da Paisagem como um fenômeno incontrolável pelas caracterizações do processo de urbanização que acontece em todos os espaços urbanos, mesmo aqueles que ainda preservam características rurais, como é o caso do Bairro Santa Clara, esse que é lócus da pesquisa.

O espaço geográfico é o conceito balizador da Geografia, e deve ser pensado como um todo uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões.

Cavalcanti (2004, p.77) alerta que “caberia ao ensino trazer a ‘paisagem’ para o universo do aluno, para o lugar vivido por ele, o que quer dizer trazer a paisagem conceitualmente como um instrumento que o ajude a compreender o mundo em que vive”.

Ao analisar os elementos que compõem a transformação da paisagem no entorno escolar, verifica-se que a ocupação e uso do solo são elementos importantes para se compreender como as sociedades se organizam no espaço geográfico.

Destaca-se que o Plano Diretor, tem papel fundamental na sistemática de ocupação do solo nos bairros da Cidade de Lages-SC. Pois, tem como fundamentação em sua redação no art. 77o objetivo de instituir um processo de identificação, classificação, regulamentação e fiscalização para as atividades que produzem impactos no espaço territorial do município e para aquelas que desejam instalar - se, estabelecendo formas de monitoramento e aplicando os competentes estudos de impacto e medidas mitigado-

ras para a minimização ou a solução dos conflitos. Plano Diretor da Cidade (LAGES, 2001).

Sendo assim, o referido documento tem em seu arcabouço uma legislação que se aplicada, pode minimizar os impactos ambientais de ocupações irregulares, como é o caso do bairro Santa Clara.

O processo de urbanização tem forte relação com a alteração da paisagem no entorno escolar. Entre eles os processos migratórios, a construção inadequada em áreas urbanas, bem como a inadequada ocupação e uso do solo.

Alguns elementos podem ser geradores de uma ocupação de forma desordenada do entorno escolar do Bairro Santa Clara, entre eles o início de formação do bairro que se dá por meio da distribuição de lotes para ex-funcionários do antigo batalhão ferroviário de Lages que foi transferido para o Estado do Amazonas, essa doação acontece como forma de indenização trabalhista, segundo apresenta Jornal Correio Lageano (1996, p.04).

Outro fator é a localização geográfica a qual o bairro se encontra e a facilidade de invasão de terrenos baldios, bem como em algumas ocasiões a aquisição de terrenos por valores irrisórios, o que torna o processo de urbanização muito mais fácil pela questão econômica dessas famílias.

Baseado nesse contexto percebe-se por meio de leituras que esse fator é determinante para a construção histórica e social do bairro, que hoje é considerado um dos mais vulneráveis da Cidade de Lages- SC com relação a sua infraestrutura. (CORREIO LAGEANO, 1996, p.05)

Ao observar as mudanças do espaço onde a escola está localizada, percebe-se a alteração da paisagem, a escola que tinha apenas duas salas de aula há 48 anos, hoje conta com 15 salas de aula, e uma grande quadra de esporte, que antes era uma área ocupada por araucárias. Dessa forma fica evidente as transformações da paisagem natural por meio do processo de urbanização, para atingir as demandas da sociedade. Um ponto interessante a ser destacado é a preservação cultural da pecuária, com pequenas criações de gado, porcos, e cavalos, ainda é muito presente essa característica rural em meio ao espaço urbano, porém observa-se a alteração da paisagem por meio desses fluxos de povoamento, bem como dos próprios moradores permanentes do bairro, que alteram a paisagem para efetuarem estratégias de economias a fim de executarem fontes para seu estabelecimento econômico. (CORREIO LAGEANO, 1996, p.06).

O uso e ocupação do solo é um dos fatores determinantes para a transformação da paisagem em seus aspectos naturais e sociais.

REFERÊNCIAS:

- BOLÓS, M.I.C. Problemática actual de los estudios de paisaje integrado. Revista de Geografia. Barcelona, v. 15, n. 1-2. 1981. pp. 45-68.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. DOU nº 116, Seção 1, págs. 70-71 de 18/06/2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: Caracterização da Área de Geografia.

Brasília: MEC/SEF, 2000.

CARVALHO, Isabel C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre Educação Ambiental e Extensão Rural. In: Revista da EMATER/RS, Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr./jun., 2001. p. 43-51.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 2004. 101-192 p.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: Princípios e práticas – 6ª ed. rev. e ampl. pelo autor – São Paulo: Gaia, 2000.

EFFTING, T. R. Educação Ambiental nas escolas públicas: Realidade e desafios. Monografia. Paraná, 2007.

GOMES, P. C. C. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro, Bertrand, 2000.

Jornal Correio Lageano (1996, p.04).

PLANO DIRETOR (LAGES, 2001).

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

ALCOOLISMO EM MULHERES: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA COM GRUPO TERAPÊUTICO

Daniella Teixeira Batista¹
Claudia Waltrick Machado Barbosa²
Gustavo Capobianco Volaco³

RESUMO

Este estudo tem por objetivo relatar a experiência obtida a partir do Estágio em Psicologia com mulheres que fazem abuso do álcool, realizado na assistência grupal no Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPSad). Para tanto, foi realizado um estudo de caso de abordagem qualitativa, que adotou, como técnica de coleta de dados, a entrevista semiestruturada. O cenário da pesquisa foi o CAPSad do Estado de Santa Catarina. A entrevista foi realizada com uma das participantes do grupo terapêutico. Para a coleta dos dados as entrevistas aconteceram em três momentos e foram transcritas e posteriormente submetido à análise de conteúdo que resultou em sete categorias de análise: Contexto familiar, Histórico da infância, relacionamentos, alcoolismo, psicopatologias associadas e tratamento. O resultado desta pesquisa mostra a contextualização familiar associado as comorbidades da bipolaridade e depressão em relação ao abuso de álcool. O CAPSad visa o acolhimento desses indivíduos tendo como finalidade dar o suporte na busca dos vínculos sociais e afetivos, o respeito a si e ao próximo. A atuação se dá em tempo de fala e escuta, na percepção de mudanças psicológicas, obtidas dos relatos coletados e de modificações atitudinais ao longo do processo terapêutico. A partir daí são expostos os ganhos da Psicoterapia de Grupo e seus efeitos sobre dependentes químicos, voltado aos vulneráveis sociais e principalmente pessoas em situação de adicção. Durante a permanência na Psicoterapia de Grupo é patente o êxito dos que aderem ao tratamento e tornam-se sujeitos da sua superação.

Palavras-chave: Alcoolismo. Mulheres. Grupo terapêutico. Centro de Atenção Psicossocial.

1 Acadêmica da 10ª fase do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACVEST.

2 Psicóloga e Pedagoga pelo Centro Universitário UNIFACVEST. Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casais pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUASUL). Especialista em Didática do Ensino Superior (EAD) pelo Centro Universitário UNIFACVEST e Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Professora no Centro Universitário UNIFACVEST.

3 Geógrafa, Doutora.

4 Psicólogo, Mestre, Doutor.

ALCOHOLISM IN WOMEN: A CASE STUDY BASED ON AN EXPERIENCE WITH A THERAPEUTIC GROUP

Daniella Teixeira Batista¹

Claudia Waltrick Machado Barbosa²

Gustavo Capobianco Volaco³

ABSTRACT

This study aims to report the experience obtained from the internship in psychology with women who abuse alcohol, performed in group Care at the Center for Psychosocial care – alcohol and drugs (CAPSad). Therefore, a case study of a qualitative approach was carried out, which adopted a semistructured interview as a data collection technique. The research scenario was the CAPSad of the state of Santa Catarina. The interview was conducted with one of the participants of the therapeutic group. For data collection, the interviews took place in three moments and were transcribed and subsequently submitted to content analysis that resulted in four categories of analysis: Family context, childhood history, marriage and Psychopathologies Associated with. The result of this research shows the family contextualization associated with the comorbidities of bipolarity and depression in relation to alcohol abuse. The CAPSad aims at welcoming these individuals with the purpose of supporting the search for social and affective bonds, respect for themselves and others. The performance occurs in time of speech and listening, in the perception of psychological changes, obtained from the reports collected and from attitudinal modifications throughout the therapeutic process. From there, the gains of group psychotherapy and its effects on chemical addicts are exposed, focused on social vulnerable and especially people in addiction situations. During the stay in group psychotherapy, it is evident the success of those who adhere to the treatment and become subjects of their overcoming.

Keywords: Alcoholism. Women. Therapeutic group. Psychosocial Care Center

¹ Acadêmica da 10ª fase do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACVEST.

² Psicóloga e Pedagoga pelo Centro Universitário UNIFACVEST. Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casais pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUASUL). Especialista em Didática do Ensino Superior (EAD) pelo Centro Universitário UNIFACVEST e Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Professora no Centro Universitário UNIFACVEST.

³ Geógrafa, Doutora.

⁴ Psicólogo, Mestre, Doutor.

INTRODUÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) são instituições responsáveis em prestar atendimento a pacientes com transtornos mentais, o quais são divididos entre modalidades para atender as demandas específicas, sendo o CAPS ad direcionado para pacientes que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. O objetivo dessas instituições é desenvolver através da prestação de serviços médicos e psicológicos, a autonomia dos sujeitos estimulando-os a integração social e familiar (BRASIL, 2004).

O consumo de álcool sempre esteve presente na história, variando de acordo com o contexto histórico e cultural. Atualmente é legal e aceito culturalmente nos meios sociais, sendo consumido em comemorações, festividades, reuniões familiares, de trabalho e mesmo no cenário religioso ele possui uma simbologia importante. De acesso fácil, a venda de bebidas é fortemente entusiasmada pela mídia e o seu consumo desempenha um papel significativo na indústria de bebidas. A sua ingestão é estimulada para uso individual e social, operando como facilitador nas relações sociais, nos espaços de sociabilidade e da experiência dos sujeitos, devido ao estado de relaxamento emocional proporcionado pelo seu consumo (SILVA, 2012).

Então nos questionamos quando que o consumo de álcool se tornou um problema para o sujeito, e nos deparamos com vários discursos, como o biomédico, psiquiátrico, religioso, capitalista, entre outros que apontaram critérios diferentes para classificar o consumo problemático do álcool, visto que a própria sociedade estimula o consumo.

É importante ressaltar a multiplicidade de modelos explicativos do alcoolismo, que oscilam desde modelos médicos pautados em um olhar mais científico e classificatório, modelos psicológicos que buscam inspiração na psicanálise e mais recentemente na teoria sistêmica até modelos abertamente moralista, leigos e depreciativos da figura do bebedor (TRIDADE, 2007 p 18)

Oliveira et al (2012) expõe que nas últimas décadas, tem-se observado um aumento gradativo no consumo de bebidas alcoólicas, o que desperta a preocupação em relação a isso, pois atualmente o alcoolismo tem sido uma das principais dificuldades enfrentadas pelos setores públicos. Os problemas relacionados ao álcool não possui restrições, podendo atingir pessoas de todos os níveis sociais, idades, cor ou sexo, sendo considerado doença quando seu consumo passa a interferir no convívio familiar e social do indivíduo, resultando a síndrome de dependência do álcool, também denominada como alcoolismo (LINO, 2006; JORGE et al, 2007).

Assis e Castro (2010 p. 365), dizem que devido a aceitação cultural, o início do consumo de álcool é motivado em diversas situações e acontecimentos da vida social dos sujeitos, em reuniões familiares, encontros com os amigos, interação em um grupo social, prazer, ou mesmo distração para alguma dificuldade. O efeito inicial do álcool oferece uma sensação de excitação, bem-estar e poder momentânea, contribuindo na diminuição da ansiedade e timidez, conseqüentemente facilitando a socialização e em virtude disso seu consumo tem sido cada mais frequente e precoce.

Robbins (1968) citado por Cesar (2006), relata que, por muito tempo o consumo de bebida por parte das mulheres esteve oculto das relações sociais. Historicamente o consumo de álcool sempre foi predominante ao público masculino sendo considerado de natureza social. Segundo Souza et al. (2000) na década de 1970, com a ascensão

dos movimentos feministas, as mulheres alcançaram avanços significativos na luta por igualdade de direitos nas esferas do trabalho, educação e da política, áreas que antes eram tipicamente dominadas pelos homens. Em decorrência desses movimentos, os direitos assegurados e visibilidade na sociedade elas adentraram em novos espaços, ampliando assim seu papéis sociais. Com todas as mudanças ocorrentes em seus estilos de vida, também propiciou uma acessibilidade a bebida e os problemas relacionados ao uso de álcool que antes eram exclusivos ao público masculino, passaram a atingir também as mulheres.

Dessa forma o desencadeamento de uma relação com o consumo de drogas também é atribuído aos novos papéis e responsabilidades adquiridos pelas mulheres com a igualdade dos direitos entre os gêneros, apontando uma relação desse contexto social com a problemática. Atualmente a mulher já está inserida nos bares e baladas, e já faz parte da parcela que desenvolveu problemas com álcool, em contra partida o foco dos estudos desenvolvidos pela comunidade científica invisibiliza as particularidades femininas em relação ao alcoolismo, analisando os dois públicos sob os mesmos aspectos. A discrepância nos reflexos do álcool entre homens e mulheres é grande e complexa, sendo desde a questão biológica a intolerância em relação à dependência alcoólica feminina (ALMEIDA-FILHO, 2004; BARROS; LEHFEL, 2007 apud ASSIS; CASTRO, 2010).

O início do uso nocivo do álcool e conduta decorrente da consequência desse quadro, pode ser desencadeada por um conjunto de fatores como predisposição genética, fatores psicológicos e socioculturais, somado a condição demográfica na qual a pessoa encontra-se. O alcoolismo é diagnosticado quando o sujeito já se complicou nas diversas áreas da sua vida, tornando-se uma rede que vai se desgastando gradativamente com o avanço da doença. Mesmo com todos os estudos e políticas públicas desenvolvidos acerca da problemática do alcoolismo, a sociedade invisibiliza sua existência e julga aqueles que estão nessa condição, dificultando a aceitação da doença por parte dos sujeitos e a procura por tratamento (WILSNACK et al 1994; EDWARDS et al 2005 apud ASSIS, CASTRO 2010).

Como queremos tratar sobre a relação da mulher com o álcool, é relevante expor que há diferença na ação do álcool entre o organismo masculino e feminino devido aos fatores biológicos, sendo mais prejudicial ao corpo das mulheres, por consequência da baixa concentração de água o que resulta na permanência da substância por mais tempo no organismo, causando portanto uma embriaguez mais rápida com menos doses de álcool. Entretanto, a diferença da ação do alcoolismo entre os gêneros não está somente na parte biológica, mas também no âmbito sociocultural. A percepção da sociedade sobre o consumo de bebida alcoólica por parte das mulheres é bastante agressiva, pois, estas são vistas como imorais, com conduta inadequada e sofrem com a rotulação (NÓBREGA; OLIVEIRA, 2005).

Por muito tempo a sociedade foi organizada em pilares patriarcais, eram culturalmente transmitidos comportamentos e responsabilidades específicos entre os homens e mulheres. Mesmo com todas as lutas travadas pelos direitos das mulheres, ainda se tem cobranças rigorosas acerca do sexo feminino (VELHO, 1985 apud FONSECA, 2009).

Quando há o descumprimento dos papéis sociais esperados das mulheres causa um desconforto que tem repercussão em seu meio social, depositando sobre a mulher

uma ideia de fracasso sobre o desempenho indesejado das funções de cuidadora, esposa e profissional (NOBREGA; OLIVEIRA, 2005).

Para Mendes, Cunha e Nogueira (2011, p. 323), é importante ressaltar que devido a essa negação da mulher relacionada a problemas com o álcool, “muito do que se conhece sobre alcoolismo feminino foi adquirido por meio de pesquisas sobre alcoolismo masculino, e grande parte desse conhecimento veio de estudos comparativos com o alcoolismo do homem”. O álcool passa a fazer parte da vida das mulheres como um agente desinibidor, aliviando ansiedade, diminuindo as tensões e facilitando a interação nos meios, proporciona uma coragem que existe somente com o efeito do álcool, o que explica seu consumo precoce (LYRA; SILVA, 2015).

Os estudos de Nobrega e Oliveira (2003) e Silva (2012) apontam que o consumo de álcool pelo público feminino está associado a fatores internos, podendo seu início e continuidade ter como gatilho as crises em relação ao matrimônio, maternidade e carreira profissional, encontrando na bebida uma “saída” para as angústias e sofrimentos decorrentes dessas situações. Elas enfrentam sentimentos de vergonha, culpa, medo, baixa autoestima, diferentemente do público masculino (ASSIS; CASTRO, 2010). Essas mulheres sofrem com o conflito entre a falha no desempenho de seu papel feminino e o prazer que a bebida também lhe traz, resultando um emaranhado de sentimentos e emoções conturbadores, que na maioria das vezes é julgado e incompreendido. O que por vezes causa uma falta de estímulo para viver, um desconforto com a vida (SILVA, 2012).

Nobrega, Oliveira (2003) e Silva (2012) explicam que, por muitas vezes resultando em depressão, angústia, agressividade, tendência a pensamentos paranoicos e baixa autoestima, agravando a saúde mental. O contexto social no qual a mulher está inserida tem relação significativa nas crises em que ela vivenciará, problemas financeiros, desemprego, privação social, violência doméstica são fatores que desencadeiam essa desestabilidade (SILVA, 2012).

O presente estudo tornou-se possível a partir da experiência de estágio desenvolvida no CAPS ad, no qual foi possível observar as mulheres que utilizavam o serviço para tratamento de alcoolismo. Nos grupos terapêuticos da instituição, composto em sua maioria por homens, foi possível analisar as particularidades das falas dos membros e verificar diferenças nas demandas apresentadas entre os homens e as mulheres.

Observada essas diferenças levantou-se questões acerca do comportamento feminino frente ao alcoolismo e suas implicações. Optou-se, portanto, pelo método de estudo de caso para analisar o fenômeno através da experiência de uma mulher usuária do serviço. Com base nas considerações apresentadas, analisaremos uma história particular de uma mulher alcoolista com o intuito de relatar a experiência vivida por ela e oferecer subsídios para a discussão sobre o alcoolismo feminino.

METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como abordagem, a pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo das crenças, dos significados, das aspirações, dos motivos, dos valores e das atitudes desempenhadas pelo indivíduo, aqui esse conjunto de fenômenos é entendido como parte da realidade social, porque o ser humano se distingue por agir e pensar e interpretar suas ações de acordo com a realidade

vivida com seus semelhantes.

Quanto a natureza, este estudo trata-se de uma pesquisa básica. Quantos aos objetivos implica em uma pesquisa descritiva. Que segundo Triviños (1987), este tipo de pesquisa exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Quanto aos procedimentos destaca-se como um estudo de caso. Segundo Ventura (2007, p. 385),

Como qualquer pesquisa, o estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao como e ao porquê da investigação. É provável que questões como essas estimulem também o uso de experimentos e pesquisas históricas.

Na concepção de Yin (2001) citado Gil (2002, p. 54), o estudo de caso:

[...] é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos.

Foi participante deste estudo de caso, uma mulher de 33 anos de idade, natural do Oeste de Santa Catarina, mãe de 2 filhos, solteira e que vive atualmente com um companheiro. Sua profissão é socorrista e frequenta o grupo terapêutico do CAPSad. Cabe ressaltar que para manter a seguridade da identidade da entrevistada, utilizamos um nome fictício, portanto, neste estudo a chamaremos de Maria.

Os encontros foram realizados na própria unidade do Centro de Atenção Psicossocial. O instrumento de coletas de dados foi entrevista semiestruturada, pois possibilita ao entrevistado falar sobre o tema em pauta sem se prender às perguntas a ele dirigidas, pois permite a combinação de perguntas fechadas e abertas. (QUARESMA; BONI, 2005).

Este momento foi de extrema importância, a participante mostrou-se atenciosa e prestativa, trouxe suas limitações e dificuldades e também um interesse em saber o porquê do trabalho no que tange o alcoolismo em mulheres. Durante a entrevistada mostrou-se aberta a dialogar e responder aos questionamentos, de forma que este estudo venha a corroborar para o avanço da ciência bem como, deixar aberto para que outros estudos sejam possibilitados, pois a experiência vivida durante o estágio no grupo terapêutico do CAPSad é um grande cenário para futuros estudos.

Quanto a análise dos resultados, Minayo (2009) afirma que ela possui a finalidade de desvelar e administrar o material coletado, possibilitando ao investigador ampliar e aprofundar sua compreensão acerca do assunto pesquisado e relacioná-lo aos contextos culturais. Para a autora, o processo de análise de resultados constrói-se em etapas ou passos: o primeiro passo é a ordenação dos dados, que inclui as entrevistas, e a organização dos dados coletados.

O segundo passo foi a classificação e o embasamento teórico dos dados. O terceiro passo, definido como análise final consistiu na interpretação dos dados, que puderam fundamentar propostas de transformações sociais e institucionais. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo. Para Bardin (2011, p. 47), o termo

análise de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. A escolha deste método de análise pode ser explicada pela necessidade de ultrapassar as incertezas consequentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor análise e compreensão do discurso das entrevistas, optou-se por categorizar as falas para facilitar na análise de conteúdo, foram elas: contexto familiar, histórico da infância, relacionamentos, alcoolismo e tratamento. A análise das respostas às questões da entrevista possibilitou o levantamento de categorias de análise de conteúdo, descritas abaixo:

□ Contexto familiar

Ao ser indagada sobre o contexto familiar, Maria afirmou que não teve convívio com familiares com histórico de alcoolismo. Maria destaca que foi “bem educada”, mas que sofreu com a forma rígida da sua mãe de educar, apontando a violência como um fator marcante na sua infância, refletindo em uma mágoa em relação à mãe na sua vida adulta. Nos resultados encontrados por Cesar (2006, p. 210) evidenciam casos de violência física na infância por parte de familiares, o que levanta a questão sobre essa relação do fenômeno da violência com problemas com álcool. Pois para o autor:

A naturalidade da ambivalência afetiva no processo de desenvolvimento na infância e na adolescência aponta que em situações de abuso por pessoas da família, quando a criança fica dividida entre o amor e o ódio diante da violência física e emocional, a ambivalência assume proporções graves que a criança não tem condições de suportar.

A ambivalência citada pelo autor pode ser observada na fala de Maria quando esta relata sobre o medo que tinha da mãe:

“Eu sempre tive mágoa com a minha família, por ter apanhado muito da minha mãe. Todas as minhas irmãs se casaram cedo para sair das garras da minha mãe. Ela era muito ruim, muito brava com a gente. A gente não apanhava uma chinelada ou dois, nós éramos espancadas. Eu guardo essa mágoa, porque quando ficou só eu e minha irmã mais nova sobrou tudo para mim. Não que eu vivia machucada, mas eu vivia com medo às vezes, eu

não queria viver com medo da minha mãe, eu queria viver bem. Uma criança apanhar porque aprontou tudo bem, agora uma criança apanhar porque não faxinou uma casa direito, porque não conseguiu amassar o pão direito, porque não conseguiu esfregar um tênis direito, não sei. Eu ainda guardo essa mágoa, mas estou esquecendo aos poucos para me dar bem com a minha família. Já estou me dando bem com eles, mas ainda tem aquela coisinha que me impedi de ser melhor ainda, sabe?! A gente acaba guardando mágoa, bastante mágoa e isso ajudou bastante”.

Devido a essa mágoa que Maria descreve, quando adulta manteve pouco vínculo com sua família, restringindo a algumas visitas. Então quando se viu com problemas com álcool acabou tendo apoio apenas de seu companheiro.

“Tive apoio do meu esposo depois que ele entendeu a doença. Ele só entendeu a doença quando tive diagnóstico, que ele teve que comparecer em uma consulta e o médico conversou com ele. Eu já tinha começado meu tratamento, já tinha praticamente diminuído bastante a bebida”.

Nas palavras de Mazuca et. al. (2006), no que tange ao alcoolismo sabemos da importância do apoio familiar para recuperação do sujeito. Pois a família exerce o papel de unidade de cuidado e segurança, o interesse dos membros familiares sobre a recuperação do alcoolista desempenha um papel muito relevante no tratamento.

De acordo com os relatos de Maria, a falta de apoio familiar foi um dos motivos dos sentimentos de desamparo. De acordo com Mazuca e Sardinha (2000), sabemos que baixa autoestima, culpa e pessimismo entre outros são alguns dos sentimentos apresentados pelos pacientes com problemas com álcool. Maria na entrevista, ressalta como muitas vezes precisou da família para se sentir mais forte em relação a esses sentimentos:

“Eu sentia necessidade deles, sentia a falta deles, principalmente da minha mãe. Que por mais ela brigasse comigo eu sabia que ela estava do meu lado. Quando eu fiquei assim eu não tive ninguém comigo, a não ser meu marido e meus filhos. Mas eles não entendiam, então eu evitava falar muita coisa porque eu sabia que eles não iam entender e eu ficava quieta, eu fui guardando muita coisa. Eu precisei da minha mãe por muitas vezes, não era para financeiro, as vezes eu precisava só de um “calma vai dar tudo certo”, as vezes eu precisava só disso, eu não tive da minha mãe, nem do meu pai”.

□ Histórico da infância

Maria relatou que aos 12 anos de idade, decidiu sair da casa dos seus pais, para morar com uma de suas irmãs já casadas que residia em outra cidade, explica que foi a forma que encontrou para fugir dos maus tratos da mãe.

“Porque eu apanhava demais da minha mãe, que daí as minhas duas irmãs mais velhas se casaram e foi cada uma morar na sua casa. [...]A minha irmã mais nova nunca precisou limpar casa, fazer faxina, ficou tudo da minha responsabilidade. Então assim eu apanhava demais, eu apanhava muito, muito mesmo. E tem um episódio que aconteceu com a minha mãe que eu não gosto de falar; nunca falei para ninguém. Depois desse episódio eu decidi pedir para ela para passar as férias com as minhas irmãs em Balneário. O meu pai não queria deixar e ela deixou, e meu pai acabou cedendo. Só que eu fui e nunca mais

quis voltar. E eu acabei ficando lá”.

Garbin et al. (2012) e Delanez (2013), pesquisadores sobre o tema, apontam que, o fenômeno da violência nunca é um fato isolado, uma mesma vítima pode sofrer diversas formas de violência, como agressão, maus-tratos, negligência, abuso psicológico, emocional, sexual, privação de alimentação, entre outros. Os impactos da violência sobre a vítima são imensuráveis sendo há curto e longo prazo, comprometendo as esferas física, emocional, cognitiva, comportamental e social.

Ainda em sua infância enquanto morava com sua irmã, Maria relatou ter passado por uma situação de tentativa de abuso sexual por parte de seu cunhado, quando se vê obrigada novamente a sair do seu ambiente familiar para se proteger.

“Mas eu saí de casa com 12 anos de idade, fui morar com minha irmã em Balneário (SC), lá que começou meu sofrimento desde os 12 anos de idade com meu cunhado, né?! [...] “Porque quando a minha irmã não estava em casa, ele tentou abusar da gente por várias vezes”. [...] ele tentou, nunca conseguiu porque a gente também não deixava, então a gente fugia de casa. Só que a gente não contava para a minha irmã, porque a minha irmã é assim [...], ela não acreditava em nada do que a gente falava. Então a gente decidiu fugir e morar sozinha [...] quando ela não estava em casa, nós ficávamos cuidado da casa e do meu sobrinho. E quando ela ia trabalhar, ele vinha antes que ela, aí ele tentava abrir a porta do banheiro com a gente tomando banho, se a gente estava deitada no sofá ele vinha junto, deitava-se atrás da gente, se a gente não saísse ele ficava e começava a passar a mão. Isso acontecia tanto em mim quanto na minha irmã Simone.”

Apesar de em seus relatos Maria deixar claro nunca ter ocorrido relação sexual, os comportamentos que ela narra sobre o seu cunhado se configura como abuso sexual, pois “qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador”. Então mesmo ocorrendo somente toques e carícias, sem penetração, se considera abuso sexual. (HABIGZANG et. al., 2005 p.341).

Em seus relatos Maria não fala por quanto tempo ela e sua irmã mais nova ficaram morando com seu cunhado e submetidas aquela situação.

“Até com a minha outra irmã, a mulher dele, ele era bem abusivo também. Daí a gente não gostava de ver aquilo, porque eu acho que ela achava normal aquilo. Então fomos morar sozinhas. Porque desde mais nova a gente sempre trabalhou, e com essa minha irmã casada, nós fazíamos faxinas junto com ela, em apartamentos e casas. Então assim a gente juntava o nosso dinheiro, e na época a gente morava na casa de um amigo nosso e pagávamos por um quarto para nós. Fomos bem independentes desde cedo. Ficamos morando juntas ainda por um tempo de 3 anos, eu me casei com 13 anos, casei não, fui morar com o namorado, morávamos eu, a minha irmã e o namorado”.

□ Relacionamentos

Maria teve um relacionamento de nove anos antes do seu atual companheiro,

com o qual teve seus dois filhos. Quando Maria decidiu morar com o seu primeiro companheiro, pai de seus filhos, ela tinha 13 anos e ele 18 anos. Ela relatou sobre as dificuldades que enfrentou nesse casamento, como agressões físicas, dificuldades financeiras e alcoolismo do marido. Ela destaca que essa é uma época que ela não gosta de se lembrar por ter sofrido muito.

“Ele era alcoólatra. Desde que a gente começou a namorar, só que no começo ele se controlava um pouco mais, mas com o tempo não sei o que aconteceu, ele foi bebendo cada vez mais e mais. Ele era violento bêbedo, mas quando ele estava sóbrio a gente conseguia ter uma conversa, a gente conseguia viver bem aquele dia, então eu aproveitava o dia que ele não bebia, eu aproveitava bastante. Mas quando ele bebia eu tinha muito medo, muito medo mesmo”.

Para Melo et. al. (2005), sabe-se que o beber problemático produz consequências em toda rede de convivência do sujeito, principalmente para família, pois esta vivencia todos os impactos danosos causado pelo uso nocivo do álcool. Casada com um marido alcoolista, Maria conviveu com o medo, agressões, privação de sua liberdade e ciúmes.

“No começo foi bom, quando ficamos morando sozinho, quando ele não bebia era muito bom nosso casamento. O problema era a bebida, ele era bem violento, bem violento. A gente brigava demais, e eu tinha que me defender de alguma maneira né, então eu acabava me defendendo agredindo ele também, só que quando eu agredia ele, ele me agredia mais ainda. Foi sofrido, mas assim, foi nesses 9 anos. Foi ... acho que foi esse meu sofrimento... eu tinha que ser forte porque eu tinha dois filhos.”

Apesar do abuso de álcool por parte do seu companheiro estar presente desde o início da relação, o casamento durou 9 anos e deu fruto aos seus dois filhos. Narvaz e Koller (2006), apontam que os estudos acerca da violência doméstica evidenciam que muitas mulheres se sujeitam a essas relações a fim manterem a família, priorizando a criação dos filhos. A dependência financeira, psicológica e ausência do apoio da família extensa são fatores que contribuem para que elas continuem presas a essas situações.

A oportunidade para mudança surgiu para Maria, quando decidiu que ia trabalhar para sustentar a casa, até então o seu marido a proibia de trabalhar, mas conseguiu convencê-lo devido as condições precárias que se encontravam. Através do trabalho, ela relata, que se percebeu mais forte, confiante, foi quando começou a se organizar para sair de casa e se separar.

“Quando eu precisei sair para trabalhar porque ele estava desempregado e a gente pagava aluguel, tinha as crianças e então eu consegui um serviço bom. Ele nunca me deixou trabalhar, por ciúme. Mas eu decidi, eu preciso trabalhar e consegui convencer ele. E no meu trabalho eu consegui ver que eu conseguiria me sustentar sozinha. E então nesse período que eu estava trabalhando, eu fiz pelas costas dele. Aluguel um apartamento, deixei tudo que as crianças precisavam lá e um certo dia cheguei do trabalho, peguei as crianças e fui morar sozinha, decidi. Cheguei e tomei aquela coragem porque eu tinha medo dele, tinha muito medo. Mas eu precisei tomar aquela atitude, cheguei e falei: - eu não te quero mais, eu estou indo embora. Sem deixar ele falar nada, porque se eu deixasse eu não ia embora. Eu precisei não deixar ele falar, eu decidi e fui e ele não me incomodou”

mais, em nenhum momento. Porque ele viu que não dava mais nem para mim, nem para ele. Só que ele não aceitava”.

Separada, agora com 22 anos, Maria se viu sozinha com seus dois filhos, um com 3 anos de idade e o outro 2 anos. Na narrativa de suas lembranças, ela faz sempre questão de deixar claro que ela “se virou muito bem” sozinha com seus filhos, que ela trabalhava e cuidava deles sempre da melhor maneira que lhe era possível.

“Fiquei quase 2 anos solteira, com uma criança de 5 anos e a outra de 4 anos. Daí eu me casei de novo, mas sempre fui independente mesmo casada. [...] Não casei porque eu não dava conta, eu dava conta de cuidar deles sozinha muito bem. Mas eu me sentia muito sozinha. Hoje esse casamento é bem bacana, muito bom, claro que eu cometi muitos erros por causa da bebida, mas ele segurou a barra”.

□ Alcoolismo

Maria conta que antes do seu problema com álcool, fazia uso recreativo da substância, em festas, encontros com os amigos, mantendo sempre controle sobre a bebida. Relata que o início do uso problemático com o álcool se deu na época quando ela foi comunicada sobre uma suspeita de câncer de mama.

“[...] Eu sentia muitas dores, mas deixei passar. Então teve um dia que eu percebi um caroço muito grande, dava para ver de longe e fui procurar um médico e ele me pediu os exames de câncer como já tive histórico de câncer na família. Então ele chamou meu marido, conversou com ele sozinho, que poderia ser ou não um câncer. Ele não conversou comigo, mas eu queria saber o que estava acontecendo, isso estava acontecendo comigo então eu precisava saber. Então meu marido me falou que poderia ser, como também poderia não ser. Só que eu já estava fraca na minha mente, e isso acarretou mais.”

Moffat (1987) citado por Nobrega e Oliveira (2003 p 77), explica que a literatura relaciona como fator desencadeante para o início de uso abusivo de drogas por mulheres, eventos que causam desestruturação emocional, como parto ou morte. São crises que se “manifestam pela invasão de uma experiência de paralisação da continuidade do processo de vida”. Nesse sentindo o estresse causado pela ameaça de um câncer apresentou-se como fator desencadeante para o abuso de álcool, Maria explana sobre essa crise na seguinte fala:

“[...] Foi quando descobri uma suspeita de câncer de mama, isso em 2013. [...] Eu senti que sim, porque como eu fiquei com medo da doença eu desisti de mim. Então eu comecei a fazer tudo errado, eu comecei a desistir das coisas. [...] Então eu pedi a conta no trabalho, nisso eu tinha medo de sair de casa, não saía de casa. Então o tempo que eu ficava em casa ficava bebendo, foi então que vi dependente do álcool. Porque o álcool para mim era o que me acalmava, que tirava aquele meu medo da doença, do câncer, isso e aquilo. Era o álcool que me tirava tudo isso, então eu ficava dentro de casa fechada, bebendo”.

O álcool tornou-se um recurso paliativo para lidar com a situação agonizante da suspeita de câncer segundo Maria. Os resultados encontrados por Nobrega e Oliveira

(2003) destacam o uso do álcool pelas mulheres como um mecanismo para evitar sofrimento, como recurso para lidarem com estados difíceis e desagradáveis.

“[...] já tinha 9 anos de casamento, eu comecei a beber ali em 2014 mais ou menos. Eu já bebia, bebia para fazer festa. Mas aí eu comecei a beber [...] no caso para... a bebida me tirava todos aqueles pensamentos ruins, aquela mágoa que eu sentia, eu não me sentia feliz comigo. Ela me deixava mais falante e comunicativa.”

Ainda sobre as hipóteses a respeito do início do uso abusivo de álcool, Maria relata sobre um “momento de fraqueza”. Temos que considerar que Maria passou por traumas no seu âmbito familiar e adquiriu grandes responsabilidades muito cedo, assumindo papéis da vida adulta ainda na fase da sua adolescência, então seria esse “momento de fraqueza”, a fase em que pode extravasar seus sentimentos e emoções “sem se preocupar” com suas responsabilidades e em se manter forte? Sobre esse momento ela nos expõe:

“Então assim, quando eu me separei dele que eu tive que me virar com duas crianças. (Referindo ao seu primeiro casamento). Eu penso assim que quando eu vi que fiquei bem, que me casei com o esposo atual, que me ajudou a cuidar das crianças que eu estava estável. Eu decidi acho que cair, eu não sei. Me desanimou aquilo, desanimou bastante. Porque meus filhos já estavam bem, sabia que se eu tivesse ali ou não eles estariam bem cuidados (uma pausa), é complicado falar muita coisa, porque a gente passa por tanta coisa. Eu passei bastante com meus filhos, passei muito sofrimento com eles”.

O que nos leva a refletir para além da suspeita de câncer pois mesmo com o resultado negativo, Maria relata que já estava no fundo do poço e sem forças para sair.

“Quando eu peguei o exame que deu negativo, eu já estava no fundo do poço não tinha como voltar. E foi um processo bem longo, é o processo do alcoolista.”

Com o agravamento do seu problema com a bebida, Maria descreve comportamentos agressivos contra as pessoas próximas a ela e contra si própria. Assis e Castro (2010 p. 367), comentam que aparentemente a doença alcoólica parece ser individual, porém ela, ao mesmo tempo em que atinge o dependente, acaba afetando as relações sociais que o envolvem.

“[...]Quando comecei a ficar agressiva, ficar bem agressiva, eu batia muito nos meus filho, eu me machucava, eu tinha que sentir dor, eu tinha que ver meu sangue, eu tinha que fazer alguma coisa, contra as pessoas, quem estava do meu lado, não interessava se fosse animal, se fosse pessoa, se fosse conhecido, se não fosse, então comecei a ficar muito agressiva. [...] eu me mordida, a língua. Me machucava muito, é, eu tinha que me machucar, eu batia, dava soco na parede até minha mão inchar, até cortar, era assim que eu tirava tudo, uma agonia, uma ansiedade. Aquela forma de eu ver que estava errado, não conseguia, não procurava ajuda, era assim que eu tentava me acalmar”.

A depoente comenta que o estado de embriaguez se tornou cotidiano, então não percebia seus comportamentos sob o efeito do álcool, pois aquele era seu estado “normal” no momento.

“É porque assim, eu não me sentia, para me eu estava no estado normal, então assim, é [...] como eu sempre estava quase alcoolizada, então assim, eu não... não sabia o que era normal ali, para mim eu estava normal. Para os meus filhos e marido era diferente, porque quando eu estava alcoolizada eles não podiam ficar perto de mim, meus filhos tinham muito medo. E eu ficava magoada, brava com eles, porque tinham medo da mãe deles, só que eles não me viam como a mãe, viam como uma pessoa bêbada que estava batendo neles”.

A entrevista acrescenta ainda as sensações boas que ela tinha em relação ao álcool, sobre a capacidade que se expressar melhor quando estava alcoolizada.

“Eu tinha um sentimento antigamente pelo álcool, um sentimento de calma, ele me acalmava, eu gostava. [...] Então assim, para me o álcool falava por mim, ele falou por mim por muito tempo. Como eu sempre fui de guardar, eu não falava nada para ninguém, o que eu estava sentindo, nem me expressar para as pessoas, o álcool fazia isso por mim. Então eu já conseguia falar, gritar, brigar, me expressava quando estava alcoolizada”.

Maria enfrentou os reflexos do álcool diretamente em sua família, chegando ao ponto de lhe afastarem seus filhos por consequência da situação. Segundo Trindade (2007) os filhos de alcoolistas vivenciam situações de dor, sofrimento, constrangimento e vergonha social no seu ambiente familiar devido as mudanças de comportamentos e atitudes de seus pais alcoolistas.

“Assim! Os meus filhos foram para casa da minha mãe, em outra cidade. Ficou eu e meu marido em casa, e assim eu não podia ficar sozinha, meu marido tinha que trabalhar e me carregava junto com ele, eu estava sempre com ele. Mas ele não queria que eu ficasse com ele, porque eu queria beber, e não tinha como eu beber e então eu brigava, fazia escândalo”.

Além de complicações no seu ambiente familiar o dependente também enfrenta a rejeição social, nos resultados encontrados por Cesar (2006), Lyra e Silva (2015) apontam como essa rejeição acerca da mulher está atrelada a intolerância em relação ao descumprimento dos seus papéis sociais esperados pela sociedade. Maria relata sobre esse afastamento em sua fala:

“As pessoas ao meu redor foram bastante preconceituosas comigo, porque quando eu não bebia eu era tratada de um jeito. Quando eu comecei a beber que eu mudei a minha forma de ser, a minha personalidade mudou radicalmente, eles começaram a se afastar de mim. Claro, hoje eu entendo que ninguém gosta de uma pessoa brigona, chata, bêbada, agressiva no meio deles. Hoje eu entendo, mas antes eu brigava, porque eu queria que eles ficassem junto comigo, mas ninguém me suportava”.

□ Tratamento

A circunstância da separação dos seus filhos levou Maria a procura por tratamento, já haviam se passado três anos desde o início de suas complicações com álcool. Ela afirma que em um primeiro momento a procura por tratamento teve como justificativa seus filhos. Assis e Castro (2010), dizem que a literatura explica que em muitos casos o dependente não recorre ao tratamento tendo o álcool como principal problemá-

tica, muitas vezes o elemento encorajador são problemas familiares, críticas sociais, exposição ao perigo ou mandados judiciais.

“Eu sempre falei quando eu vim procurar ajuda, que eu havia procurado ajuda por eles, que por mais que eu batesse e fosse agressiva, eu queria eles perto de mim. Então hoje em dia, eu digo que eu vim por mim.”

Atualmente faz três anos que Maria está em tratamento, ela relata sobre a sua dificuldade no início do tratamento. Alzguir (2007) nos ressalta sobre a importância da compreensão do alcoolismo enquanto doença, para uma melhor adesão ao tratamento.

“Foi bem complicado, bem difícil. Levei um bom tempo para me aceitar primeiro, mas quando eu aceitei eu bebia 2, 3 dias e parava, coisa que para mim já era uma vitória, porque eu nunca fazia isso. Então assim eu fui indo, calma com o tempo. Quando eu não estava bem eu bebia, quando estava bem eu bebia. Quando eu aceitei que realmente aquilo era uma doença, era um problema para mim, eu comecei a diminuir, porque aí eu me aceitei, enxerguei que o problema era o uso, eu não era o problema”.

Maria relata sobre um quadro de depressão logo após o início do tratamento, King et al. (2006 p 71) citando King et al. (1993) constata que “depressão é uma das comorbidades que acompanham com maior frequência o diagnóstico de alcoolismo”, corroborando com os estudos de Silva (2012) que encontrou em seus resultados quadros depressivos em suas entrevistadas.

“[...] logo que comecei a me tratar eu entrei em uma depressão profunda, sem bebida, só tomando remédio, eu era bem controlada, tinha que tomar cuidado se fosse beber, daí tinha o remédio. Eu ficava com medo tentava não beber; aí eu fiquei muito depressiva. Eu fiquei com esse problema, daí eu fiquei um tempo assim, eu vinha me tratar, mas não queria sair de casa. [...] Eu não queria ter contato com as pessoas, eu fiquei um bom tempo era ali em casa, não comia, não conversava, não sorria. Eu não fazia nada, era só dentro do meu quarto trancada e ninguém entrava no meu quarto.”

A entrevistada relata que quando começou a se manter abstinente se deu conta das consequências que o uso do álcool causou para ela, principalmente, seu âmbito familiar, pois como relatado anteriormente enquanto alcoolizada ela não percebia a proporcão dos seus comportamentos e atitudes.

“Quando eu comecei o tratamento, que comecei a ficar um tempo sem beber, que comecei a repensar tudo que eu fiz. Poxa, mas eu fiz aquilo lá, porque que eu fui fazer. Poxa, tive que ficar longe dos meus filhos. Então assim, a bebida ela vai acabando com tudo, não só contigo. Com todo mundo ao seu redor: Eu me via alcoólatra e as pessoas, eu não me via alcoólatra na verdade, as pessoas que me viam e eu me via normal. Hoje eu vejo uma pessoa alcoólatra, eu não vejo essa pessoa como uma pessoa normal, eu entendo o que essa pessoa está passando, porque eu passei por aquilo”.

Atualmente a depoente se encontra abstinente há cinco meses, em uma luta para se manter firme. Ela relata sobre não esconder sobre seu alcoolismo e ver nela a possibilidade de ajudar pessoas que estão na mesma condição.

“Não, eu não escondo de ninguém. Porque as vezes pode ter uma pessoa que até eu não conheça, que é alcoólatra e eu consiga ajudar de alguma forma, porque tem gente que não acredita que tenha cura. Tem cura sim”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa optou pela estratégia metodológica de estudo de caso, devido a possibilidade de executar uma análise que considere a multidimensionalidade e particularidades do objeto e não priorize por respostas universais (PERES; SANTOS, 2005). Em se tratando de um estudo que toma como objeto a vivência de uma pessoa, torna-se importante ter respeito e empatia sobre a história, respeitando a diversidade que esta pode apresentar. As reflexões desenvolvidas acerca dessa história permitiram constatar o que a literatura apontava a respeito da relação do alcoolismo feminino a eventos internos, a entrevistada que possui uma narrativa com diversos pontos traumatizantes reforça essa relação.

Importa não esquecer, que o alcoolismo é uma doença que não depende da vontade individual e que se instaura como um processo evolutivo no qual intervêm fatores tanto referentes à personalidade individual, como o ambiente familiar, educativo, cultural, laboral, relacional e social. O alcoolismo, independentemente do contexto em que se desenrole, é um drama para o sujeito que vive neste contexto.

A história posta em análise mostra uma vida que começou muito cedo embebida de responsabilidades e pulando várias fases. É visto que a estrutura familiar deve grande repercussão na vida adulta da entrevistada, por exemplo reproduções da violência que sofreu na infância.

A discussão desenvolvida na pesquisa ressalta a importância da compreensão do dependente a partir da sua história, em se tratando do público feminino na condição do alcoolismo faz-se ainda mais importante essa análise do todo, pois as mulheres sofrem maiores cobranças em relação aos seus papéis sociais, o que reflete em um maior tabu em relação ao alcoolismo feminino.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC - Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial.

Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/sau-de_mental/pdf/sm_sus.pdf. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

DELANEZ, Geovana Oliveira. A violência intrafamiliar e suas consequências no desenvolvimento da criança. 2013. Disponível no site: http://www.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/geovana_delanez.pdf. Acessado 09 de novembro de 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

KING, Anna Lucia; SPEAR, Antonio Egidio Nardi; CRUZ, Marcelo Santos. Risco de suicídio em paciente alcoolista com depressão. J Bras Psiquiatr, 55(1): 70-73. 2006. Disponível no site: <https://repositorio.observatoriodocuidado.org/bitstream/handle/handle/955/JBP.S0047-20852006000100010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado 25 de novembro de 2019.

MAZUCA, K. P. P.; SARDINHA, L. S. Dependência do álcool: a importância da família no tratamento e na prevenção da recaída. Boletim de Iniciação Científica em Psicologia 1.1 (2000): 23-31. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Graduacao/CCBS/Cursos/Psicologia/boletins/1/artigo3.pdf>. Acesso em: 09 de novembro de 2019.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10ª ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Rev. SOCERJ. 2007;20(5):383-386 setembro/outubro. Pedagogia Médica. Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/18473787/O_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

Contudo, consideramos que alguns pontos ficaram aquém do que inicialmente teríamos esperado, devido essencialmente ao discurso protegido da nossa entrevistada, ainda que ao longo da entrevista Maria se tenha libertado. Julgamos, porém, que apesar da dificuldade em falar sobre o tema, este estudo foi o suficiente para explorar convenientemente a complexidade da sua história. No entanto, os resultados obtidos com a entrevista ficou próximo ao que idealizamos para o nosso trabalho. Isto, seguramente, devido às dificuldades que Maria tem em falar da sua própria história, a vergonha que ainda sente e também, porque incorporou os estereótipos associados à problemática, ficando assim evidente o quanto Maria se protege, não querendo abordar determinados assuntos.

Finalmente, consideramos de grande pertinência do ponto de vista científico, que a realização de um novo estudo contemple uma maior amostra de mulheres com dependência alcoólica, o que, provavelmente, aumentaria a fiabilidade da informação.

Não menos importante seria acrescentar outras fontes de informação, como por exemplo: técnicos, médicos e familiares da mulher com dependência alcoólica. Face a um tema tão estigmatizado pela nossa sociedade e simultaneamente tão delicado, a sensação com que terminamos o nosso trabalho é francamente positiva. Existe um misto de sensações tanto em termos de realização pessoal, como académica e consideramos ter contribuído, de alguma maneira, para o conhecimento científico do fenómeno alcoolismo. Encaramos esta experiência como uma aprendizagem, e esperamos, ainda, que o estudo que acabamos de apresentar possa vir a constituir um contributo para a reflexão deste fenómeno.

A CONTRIBUIÇÃO DE GRUPOS DE APOIO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Claudia Waltrick Machado Barbosa¹

Igor Alex Maia Lopes²

Edi da Silva³

RESUMO

Este estudo busca discutir sobre violência contra a mulher. Esta violência acontece predominantemente nos âmbitos domésticos e apresenta alto índice em maior parte dos estados brasileiros. É crescente o número de homicídios registrados contra a mulher no Brasil, mesmo após a implementação da Lei 11340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha e do desenvolvimento de políticas públicas que visam a coibição e prevenção do crime. A pesquisa foi realizada a partir de estudos realizados até o momento, e busca analisar um dos trabalhos realizados pela saúde pública e assistência social, o grupo de apoio. Nossa premissa inicial se ocupa da análise das vantagens e desvantagens desta forma de intervenção terapêutica na intenção de fazer um levantamento da eficácia, bem como o que pode ser melhorado e de que formas o psicólogo pode corroborar para a funcionalidade destes grupos, tendo visto que os trabalhos em grupos realizados com mulheres vítimas de violência doméstica é uma das formas de acolhimento e amparo às mulheres vitimizadas. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. Para a coleta de dados foi realizado um levantamento de artigos, monografias e periódicos disponíveis no Domínio Público, Capes, Scielo.

Palavras-chave: Violência contra mulher. Grupo de apoio. Assistência social. Psicologia.

¹ Psicóloga e Pedagoga pelo Centro Universitário UNIFACVEST. Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casais pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUASUL). Especialista em Didática do Ensino Superior (EAD) pelo Centro Universitário UNIFACVEST e Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Professora no Centro Universitário UNIFACVEST.

² Acadêmico da 10ª fase do Curso de psicologia do Centro universitário UNIFACVEST

³ Assistente Social, Direito, Mestre – UNIFACVEST.

THE CONTRIBUTION OF SUPPORT GROUPS TO WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE

Claudia Waltrick Machado Barbosa¹

Igor Alex Maia Lopes²

Edi da Silva³

ABSTRACT

This study seeks to discuss violence against women. This violence occurs predominantly in the domestic spheres and has a high rate in most Brazilian states. The number of homicides recorded against women in Brazil is increasing, even after the implementation of Law 11340/2006, known as the Maria da Penha Law and the development of Public policies aimed at curbing and preventing crime. The research was conducted from carried out so far and analyze one of the work carried out by public health and social assistance, the support group. Our initial premise deals with the analysis of the advantages and disadvantages of this form of therapeutic intervention in the intention of surveying effectiveness, as well as what can be improve and in what ways the psychologist can corroborate the functionality of these groups. Having seen that the work in groups carried out with women victims of domestic violence is one of the forms of reception and support for victimized women. This is a qualitative study and bibliographic research. For data collection, a survey of articles, monographs and journals available in the Public Domain, Capes, Scielo, were performed.

Keywords: Violence against women. Support group. Social assistance. Psychology.

¹ Psicóloga e Pedagoga pelo Centro Universitário UNIFACVEST. Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casais pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUASUL). Especialista em Didática do Ensino Superior (EAD) pelo Centro Universitário UNIFACVEST e Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Professora no Centro Universitário UNIFACVEST.

² Acadêmico da 10ª fase do Curso de psicologia do Centro universitário UNIFACVEST

³ Assistente Social, Direito, Mestre – UNIFACVEST.

INTRODUÇÃO

Neste estudo vamos discorrer sobre um dos temas que têm sido assunto de muitas discussões nos mais diferentes âmbitos sociais, pois trataremos aqui sobre a violência contra a mulher. Mas antes de adentrar neste tema, vamos entender um pouco do contexto da violência. Para Parente et al. (2009), a violência está ligada a noção de força, onde um sujeito faz uso de sua superioridade física em detrimento de outro, pode também ser direcionada a si mesmo, no caso configurada como autoinfligida, ocorrer de forma coletiva, ou seja macrossocial, além de também acontecer no âmbito interpessoal, contexto intrafamiliar e comunitário, a violência é classificada pela natureza do ato (psicológico, físico ou sexual) e o vínculo ou relação estabelecido entre vítima e agressor.

Para Myers (2012, p. 530), apesar de fatores biológicos nos ajudarem a entender porque pessoas são mais agressivas que outras, há razões psicológicas que contribuem para uma personalidade violenta, indivíduos que frequentemente sofreram agressões por exemplo, tendem a ter comportamentos agressivos. A frustração também é um elemento que facilita o comportamento violento, num princípio denominado de agressão-frustração, onde a raiva é gerada pela frustração, algumas pessoas descarregam a raiva agindo agressivamente, “Os organismos quase sempre respondem ao estresse com uma reação de luta ou fuga”. A frustração é fruto da disparidade entre o que é idealizado e o que é realidade, mas assim como a frustração outros fatores pesam para que alguém tenha um comportamento agressivo ou hostil, desde a dor física, aglomeração de pessoas até insultos pessoais, temperatura elevada, etc. “A agressão pode ser uma resposta natural a eventos adversos”.

Myers ainda reitera que formas agressivas de comportamento podem ser caracterizadas por ataques verbais ou físicos, a agressão pode ser justificada (por exemplo, autoprotetora) ou, alternativamente, pode ser destrutiva para si e para os outros. Quando a agressão não é uma resposta a uma ameaça clara, às vezes é considerada um sinal de desordem mental, de fato, há comorbidade entre agressão e doença mental, com muitos transtornos mentais como esquizofrenia e alcoolismo também manifestando comportamento agressivo. A agressão pode ser direcionada para fora contra os outros, causando danos, como no caso de transtornos de personalidade explosivos, e o contrário, pode ser direcionado para dentro de si mesmo, levando a atos autodestrutivos, como o suicídio. O Ministério da Saúde (2001) classifica a violência que acontece entre pessoas com vínculo afetivo de convivência ou consanguinidade, como violência intrafamiliar, a violência doméstica é diferenciada da intrafamiliar no que diz respeito a envolver pessoas sem vínculo consanguíneo, bastando incluir o convívio no mesmo espaço.

A violência no âmbito familiar ocorre de modo hierárquico e intergeracional, usualmente, o termo violência doméstica tem sido considerado a violência praticada pelo homem contra a mulher, principalmente em países da América, mas o termo engloba também a violência praticada contra idosos, crianças, homens, adolescentes, etc. Violência doméstica e abuso são usados para uma finalidade e um único objetivo: obter e manter o controle total sobre a vítima, ocorrem não só entre casais heterossexuais como também em parceiros do mesmo sexo, atinge todas as faixas etárias, origens étnicas e níveis econômicos e enquanto as mulheres são mais comumente vítimas, os homens também são abusados - especialmente verbal e emocionalmente. (BHONA;

LOURENÇO; BRUM, 2011)

De fato a violência não discrimina, todavia pesquisas apontam uma maior prevalência de violência doméstica contra mulheres de baixa renda, a Organização Mundial de Saúde – ONU reconhece a violência como um problema de saúde pública, em 1994 na convenção interamericana, com reunião sediada em Belém do Pará, decretou a violência contra a mulher qualquer ato que a gere dano, sofrimento ou morte (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

Em pesquisa publicada pelo site de notícias G1 (2018), o estado de Santa Catarina registrou 18 feminicídios além de 5,4 mil queixas de lesões corporais dolosas em cinco meses no período que vai de janeiro de 2018 a maio daquele ano, a mesma pesquisa relata que 371 mulheres foram vítimas de estupro consumado no estado desde então. Em 2019 a lei 11.340 completa treze anos, o estado brasileiro decretou a lei no ano de 2006 como homenagem a luta de Maria da Penha que sofreu severas agressões por parte de seu ex-marido (EXTRA, 2008). O Brasil é um país pioneiro em políticas públicas e programas de apoio à mulher vítima da violência, entretanto estatísticas evidenciam um crescente número de casos. (SILVA et al, 2007)

Para Miller (2002) o agressor usualmente ataca a autoestima de sua parceira, fazendo com que então ela aceite outros comportamentos implicitamente abusivos, com o passar do tempo essas atitudes tornam-se cada vez mais explícitas. O abuso doméstico geralmente aumenta de ameaças e abuso verbal à violência, e enquanto a lesão física pode ser o perigo mais óbvio, as consequências emocionais e psicológicas do abuso doméstico também são graves, relacionamentos emocionalmente abusivos podem destruir a autoestima da vítima, levar à ansiedade e à depressão e fazer com que ela desenvolva sentimentos de desamparo e solidão.

Nem todos os relacionamentos abusivos envolvem violência física, só porque a vítima não está visivelmente machucada não significa que ela não está sendo abusada, muitas mulheres sofrem de abuso emocional, que não é menos destrutivo. O abuso emocional é frequentemente minimizado ou ignorado até mesmo pela pessoa que está sendo abusada. O objetivo do abuso emocional é eliminar sentimentos de autovalor e independência, deixando a vítima com a sensação de que não há saída para o relacionamento, ou que sem o seu parceiro ela não tem nada. Abuso emocional inclui abuso verbal, como gritar, xingar, culpar e envergonhar. O comportamento de isolamento, intimidação e controle também cai sob abuso emocional, os agressores que usualmente lançam ameaças de violência física, há também situações em que a mulher é forçada a participar de atividades sexuais indesejadas, inseguras ou degradantes, o chamado abuso sexual. (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007)

A violência doméstica contra a mulher faz vítimas indiretas, atingindo pessoas que estão afetivamente vinculadas a ela, como seus filhos, pais, amigos, etc. Para Saliba e colaboradores (2007, p. 20) a omissão diante dos casos de violência pode ser considerada conivência, já que impede e atrasa o “desenvolvimento de programas e ações específicas”. Além da intervenção individual, nos últimos anos, segundo a Comissão para Cidadania e a Igualdade de Gênero – CIG (2011), tem se investido na intervenção grupal, a comissão salienta que há “lacunas e insuficiência no trabalho individual”, apesar de sua riqueza.

Salienta-se algumas críticas feitas as principais abordagens que tratam da questão violência doméstica contra a mulher, como a feminista, esta concentra seus

esforços em “rotular a mulher como sobrevivente”, reduzindo outros fenômenos, já a psicologia cognitivo-comportamental tem seu foco na patologia, visando “eliminar sintomas decorrentes dos maus-tratos”, em casos de menor gravidade a terapia de casal tem sido indicada por alguns profissionais, mas assume a reeducação do casal como foco terapêutico, por isto, alguns autores afirmam que esta não contribui para o ganho de autonomia da mulher. Para o acompanhamento das vítimas, o trabalho com grupos é a forma que mais se aproxima do trabalho realizado pela área da saúde básica e social no Brasil, entretanto, estudos que explorem esse tipo de trabalho são pouco realizados. (NASF, 2014)

De acordo com Bechelli (2004), é atribuída a Joseph Pratt a criação de psicoterapia em grupo, ele tinha como suposição que a interação entre os membros com o mesmo problema ajudaria no alívio do sintoma (o primeiro grupo criado foi denominado de “T-GROUP”, onde “T” significa ‘Training’, em português treino), e foi realizado nos Estados Unidos no ano de 1947. O termo facilitador é usado ao profissional que possibilita o desenvolvimento do grupo, neste caso o presente estudo leva em consideração o profissional psicólogo, este não deverá dirigir o grupo, mas sim “proporcionar condições facilitadoras para o seu desenvolvimento”, o psicólogo como facilitador tem um papel muito importante para o grupo, possibilitando o fortalecimento da autoestima, a criação de vínculos, diminuição de resistências e facilitação da expressão dos membros. (MOLITERNO et al, 2012)

De acordo com Dutra (2008) não se pode pensar no sujeito sem levar em consideração sua história de vida e o meio no qual ele se insere, a partir deste ponto de vista surgiu o conceito de trabalho grupal, com o intuito de ampliar as diversas formas de atuação do psicólogo clínico, bem como diversificar sua metodologia em diferentes espaços físicos. O conceito de grupo terapêutico traz ao psicólogo a possibilidade de diversificar seu trabalho clínico, ampliando seu foco de intervenção, passando do indivíduo para a comunidade, saindo do seu consultório para introduzir-se em diversas instituições e comunidades, atendendo pessoas de várias classes sociais, criando e adaptando suas estratégias de intervenção. O psicólogo atuante nessa área intervém para além da psicoterapia individual, utilizando-se da terapia comunitária e de campanhas socioeducativas. Neste caso, portanto, não é o sujeito quem procura o psicólogo e sim o contrário. (MURTA; MARINHO, 2009).

Para o desenvolvimento deste trabalho, exploramos aqui também a influência dos grupos sociais no indivíduo, levando em consideração que o homem é uma espécie que vive em grupo, Trotter citado por Amaral (2007) ordenou os instintos humanos em quatro, o instinto gregário é um deles, seguido pelo instinto sexual, instinto nutricional e o instinto de autopreservação.

Maslow (1970) na sua teoria das pirâmides das necessidades traz a necessidade de pertencimento e de amor como uma das carências a serem satisfeitas pelo sujeito, precedida pelas necessidades de segurança e necessidades fisiológicas e antecedida pelas necessidades de estima, necessidades de autorrealização e necessidades de autotranscendência. Johson e Johson (1975) basearam-se em Maslow ao reafirmarem que o homem possui a necessidade inerente de pertencer a um grupo em alguma fase da vida. Negligenciar as influências desempenhadas pela sociedade sob o indivíduo torna impossível a compreensão do homem, já que este se constitui a partir de suas experiências com o mundo. (RODRIGUES, 2004)

Como se pode notar, a psicologia não apenas se preocupa em estudar o indivíduo e seus processos mentais de forma isolada, como também reserva um de seus ramos ao âmbito social, a chamada psicologia social. Os fenômenos coletivos sempre foram motivos de curiosidade por parte da ciência do comportamento humano, a compreensão desses fenômenos passou a acontecer com a publicação do livro *Psicologia De Massas* (LE BOM, 1895) referência para psicólogos sociais até a atualidade.

Segundo Bom (1895) citado por Amaral (2007, p. 2-3) os grupos possuem características próprias, sendo que seus integrantes “perdem suas características pessoais, sua autonomia e passam a agir como uma espécie de psiquismo coletivo”, há o surgimento de uma nova identidade, a identidade grupal, a qual “não é a soma das partes”. A vida em sociedade estabelece normas e padrões para o convívio social, a fim de melhorar as relações humanas, o homem passou a ser institucionalizado, institucionalização “é o estabelecimento de regularidades comportamentais que possibilitam o viver coletivo” (AMARAL, 2007, p. 5)

Para David Myers (2012), nosso comportamento em grupo é moldado diretamente pela influência social, considerando-a uma facilitadora para o convívio dentro de uma sociedade, é baseado na influência que os indivíduos sabem como agir, se vestir, falar, etc. O autor atribui a conformidade e a obediência como fatores determinados pela influência social, “imitar, inconscientemente, expressões, posturas e tons de voz das pessoas nos ajuda a sentir o que elas estão sentindo”, o homem é imitador por natureza, isso ajuda a explicar porque pessoas bocejam ao verem outras fazendo o mesmo. (CLARKIN; FONAGY; GABBARD, 2013)

A chamada influência social normativa torna os sujeitos sensíveis às regras sociais, “quando não temos certeza do que é certo e quando estar certo é importante ficamos receptivos às opiniões alheias” todavia, são os valores de cada um os responsáveis por atribuir a influência social qualidade positiva ou negativa, quando esta influência aprova o que o indivíduo aprova, ele é receptivo a ela, mas quando ela aprova algo que ele reprova, o sujeito é crítico a conformidade submissa de outros que cederam a pressão social (MYERS, 2012, p. 516),

Há ainda, algumas culturas que valorizam o individualismo, outras, o coletivismo, no Brasil, a onda de movimentos e manifestações que ocorrem nas redes sociais ganham cada vez mais notoriedade, evidenciando o brasileiro como valorizador do coletivismo, um povo com tendência a ceder à influência social, perigosamente “fortes influências sociais podem fazer as pessoas concordarem com falsidades ou se renderem à crueldade” (MYERS, 2012, p.519)

Se por um lado a influência exercida pela sociedade pode nos fazer cometer atos cruéis, por outro, a presença do outro pode melhorar nosso desempenho, como registrado nas pesquisas de Norman Triplett (1898) citada por Myers (2012) sobretudo, nas tarefas consideradas complexas, o rendimento é abaixo do esperado na presença de outras pessoas, isso se explica porque a observação dos outros deixa o sujeito em estado de excitação, a excitação o faz optar pelas respostas mais prováveis, conduzindo-o ao erro, já que nem sempre o mais provável é o correto.

De acordo com Myers (2012, p. 250) algumas vezes a presença de outras pessoas “pode tanto aumentar como diminuir o senso de responsabilidade”, causando comportamentos desinibidos, além de vandalismos ou motins urbanos, a chamada desindividualização, perda de autoconsciência e autocontrole em situações grupais

incentivadoras de agitação, ocorre com maior propensão em ocasiões de excitação e anonimato, onde o indivíduo sabe que dificilmente será identificado.

Constata-se que a interação do grupo pode ter bons e maus efeitos, os psicólogos sociais percebem que há uma diminuição das diferenças entre os integrantes de um mesmo grupo com o passar do tempo, fenômeno conhecido como polarização de grupo, esta teoria prega que os participantes de um grupo passam a aprovar ou desaprovar as mesmas ideias ou comportamentos, a polarização é benéfica quando procura-se fortalecer a resolução dos participantes em grupos de autoajuda, ou fortalecer os sentimentos de tolerância frente a preconceitos. (MYERS, 2012).

E de que forma o grupo pode ajudar a fortalecer um indivíduo vulnerabilizado pela violência? O presente artigo foca seu estudo especificamente nos grupos de apoio e suas contribuições para a melhora da condição em que mulheres vítimas de violência doméstica se encontram, com o objetivo de demonstrar a importância do trabalho grupal realizado por psicólogos, assim como verificar sua eficácia, observar pontos relevantes e essenciais para sua execução, apontar as dificuldades atreladas para sua realização.

METODOLOGIA

A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e a criatividade do investigador. A teoria e a metodologia caminham juntas, são articuladas, e enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos do processo de pesquisa. Torna-se importante neste sentido, trazer o que Mynaio (1994, p.17-18) entende sobre pesquisa. Para a autora:

Entendemos sobre pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos.

Esta pesquisa teve por objetivo estudar o trabalho de grupo com mulheres vítimas de violência. Esta pesquisa define-se, do ponto de vista metodológico, por uma abordagem de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa examina uma relação dinâmica entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser quantificada ou traduzida por números, sendo empregada na compreensão de fatos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (MINAYO, 1994).

Utilizamos pesquisa bibliográfica, constituída de material já publicado, composto por livros, artigos científicos, disponibilizados também na internet. Para Gil, (1999) a pesquisa bibliográfica tem como principal vantagem possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

DISCUSSÃO

O trabalho da psicologia com grupos

Como se pode notar, não é recente o interesse da psicologia no estudo de grupos, muitos autores são referenciados até hoje por cientistas do comportamento humano na área social como Boom, Triplett, Pratt entre outros, porém dentre estes, um notável autor dedicou grande parte de seu trabalho ao estudo dos grupos. Carl Rogers, considerado o pai da abordagem centrada na pessoa. Rogers publicou seus primeiros resultados no livro intitulado “Grupos de Encontro” (1970), onde atribui ao psicólogo norte-americano Kurt Lewin os primeiros trabalhos com grupos terapêuticos em 1947, a priori os alcunhados “T-Groups” eram grupos de treinos das capacidades em relações humanas, que até então sofrera inobservância apesar de sua importância. Lewin e sua equipe organizaram as primeiras experiências na área industrial, pois a indústria poderia custear as despesas, os envolvidos eram administradores e diretores, os quais aprendiam a “observar a natureza das relações recíprocas e do processo de grupo” (ROGERS, 2002, p. 3).

Verificou-se, nestes primeiros grupos, que os participantes vivenciavam sentimentos genuínos de mudança por intermédio da relação de confiança e interesse que prosperavam entre eles. Isto significou dizer que a relação obtida através do experimento grupal fortaleceu a relação dos integrantes daquele grupo, a realização desse tipo de trabalho foi impulsionada desde então.

Rogers (2002) deixou de lado as técnicas e teorias já existentes até aquela época e focou na criação de grupos onde cada indivíduo poderia se expressar de acordo com seu próprio tempo, acreditando criar um “efeito dominó”, isto quer dizer, se o primeiro membro sentir-se seguro dentro do grupo outros poderiam também sentir-se confiantes para expressarem seus sentimentos, assim conectando cada integrante.

Para Cazon (2005), os grupos de encontro citados e trabalhados por Rogers ao longo de sua carreira têm como objetivo o crescimento pessoal e social, e não há necessariamente a solução de problemas específicos, mas sim a criação de um ambiente seguro para os seus membros através da tolerância e empatia, onde os membros podem expressar-se e comunicar-se livremente, ou seja, estes grupos não podem levar em consideração demandas ou cronogramas de terceiros, o próprio grupo, por meio de sua relação o conduz.

O papel do psicólogo

O termo facilitador é usado ao profissional que possibilita o desenvolvimento do grupo, neste caso o presente estudo levou em consideração o psicólogo, segundo Moliterno et al. (2012) este não deverá dirigir o grupo, mas sim “proporcionar condições facilitadoras para o seu desenvolvimento”. O autor ainda reitera que o psicólogo como facilitador tem um papel muito importante para o grupo, possibilitando o fortalecimento da autoestima, a criação de vínculos, diminuição de resistências e facilitação da expressão dos membros.

Para a Comissão para Cidadania e Igualdade de Gênero – CIG (2011), o psicólogo no seu papel como facilitador do grupo, atua de forma a desenvolver este e

seus membros, criando ambiente propício para o bom convívio entre os participantes. Considerando que o psicólogo é quem intermedia o primeiro contato entre os integrantes do grupo, ele tem papel de destaque junto a cada membro, é através do trabalho do psicólogo como facilitador que a relação pode iniciar-se.

Mas se o grupo é capaz de conduzir a si mesmo, qual é a função do psicólogo no trabalho grupal? Para Murta e Marinho (2009, p. 26) o psicólogo atuante nessa área intervém para além da psicoterapia individual, utilizando-se da terapia comunitária e de campanhas socioeducativas. Neste caso, não é o sujeito quem procura o psicólogo e sim o contrário, o grupo terapêutico visa o alcance de toda comunidade. O facilitador tem como seu dever executar tarefas que vão desde o “planejamento, logística, organização, composição e a estrutura do grupo”.

Winner (1996) citado pela CIG (2011) ainda reitera, o psicólogo é responsável pela criação de valores e princípios que irão guiar o grupo, bem como os conteúdos das discussões. Antes mesmo da implementação do grupo, o facilitador precisa avaliar elementos como o público alvo, objetivos do grupo, bibliografia utilizada, etc., além da divulgação do trabalho com foco no recrutamento de membros e a busca na comunidade pelos programas que atendem o mesmo público alvo.

Moliterno et al. (2012) ao citar Bechelli (2005) explica que a postura do psicólogo se molda ao comportamento dos membros, podendo ser rígida ou flexiva, ativa ou passiva. o trabalho do psicólogo no grupo foca na fala dos membros, no apoio aos participantes e mediação de conflitos. Ou seja, o psicólogo, diferente da clínica não irá focar o seu trabalho no planejamento das reuniões, ele deve trabalhar com o que emerge do grupo naquele momento e proporcionar um ambiente onde conflitos e sentimentos possam vir à tona de acordo com a demanda do grupo. O psicólogo então atua como o precursor do grupo, ele é responsável por tarefas que vão desde a união do grupo, no sentido de busca pelos membros, até a organização do espaço onde as reuniões poderão acontecer, como também o auxílio na quebra da resistência que será vista em alguns dos integrantes.

Até aqui tem se salientado a importância do psicólogo nos grupos, em termos de comparação, podemos tomar cada indivíduo como uma ilha, o psicólogo seria a ponte entre elas para que possa ocorrer uma troca que fortifique a relação dos membros. O psicólogo tem também um importante ganho nessa troca, o conceito de grupo terapêutico traz a este profissional a possibilidade de diversificar seu trabalho clínico, ampliando seu foco de intervenção, passando do indivíduo para a comunidade, saindo do seu consultório para introduzir-se em diversas instituições e comunidades, atendendo pessoas de várias classes sociais, criando e adaptando suas estratégias de intervenção.

As desvantagens do trabalho em grupo

Além da intervenção individual, nos últimos anos, segundo a Comissão para Cidadania e a Igualdade de Gênero – CIG (2011, p. 20), tem investido na intervenção grupal, a comissão salienta que há “lacunas e insuficiência no trabalho individual”, apesar de sua riqueza, destacando algumas críticas feitas as principais abordagens que tratam do assunto violência doméstica contra a mulher, como a feminista, esta concentra seus esforços em “rotular a mulher como sobrevivente”, reduzindo outros fenômenos, a psicologia cognitivo-comportamental tem seu foco na patologia, visando “eliminar

sintomas decorrentes dos maus-tratos”, em casos de menor gravidade a terapia de casal tem sido indicada por alguns estudiosos, mas assume a reeducação do casal como foco terapêutico, por isto alguns autores afirmam que esta não contribui para o ganho de autonomia da mulher.

Grupos de apoio a mulheres vítimas de violência são oriundos de movimentos feministas dos anos sessenta e setenta que pretendiam criar um espaço para o compartilhamento de vivência entre as vítimas, atualmente é considerada a forma mais comum de intervenção realizada a mulheres agredidas, sendo adotada em nível internacional, mas a terapia em grupo não é isenta de críticas, por ser considerada carente na comprovação de sua eficiência e a falta de estudos realizados sobre o tema. Pelo que se pode notar, profissionais têm se interessado pelo trabalho com grupos há bastante tempo já que os métodos usualmente explorados não têm se mostrado eficazes, mas a falta de pesquisa realizada sobre as intervenções grupais são escassas e geram dúvidas sobre sua eficácia.

Rogers (1970, p. 43) menciona alguns fracassos no trabalho em grupo, um deles seria a duração da mudança no comportamento dos membros “quando há, não são duradoras”, ele classifica esse fenômeno de ‘recaída’, outro ponto negativo é que as dificuldades das quais os participantes não estão preparados para lidar ganham notoriedade muitas vezes no processo, ainda para Carl, casos em que um membro começa a ter interesse amoroso por outro não são raros, desviando o foco do trabalho. Estas são as principais dificuldades encontradas e relatadas nas pesquisas sobre grupos, a falta de pesquisas que acompanhem o trabalho realizado com os grupos, o que gera incerteza sobre seus resultados.

As vantagens do trabalho em grupo

De acordo com Dutra (2008) citado por Murta e Marinho (2009) não se pode pensar no sujeito sem levar em consideração sua história de vida e o meio no qual ele se insere. A partir deste ponto de vista, surgiu o conceito de trabalho grupal, com o intuito de ampliar as diversas formas de atuação do psicólogo clínico, bem como diversificar sua metodologia em diferentes espaços físicos.

Para a comissão para a cidadania e igualdade de gênero CIG (2011, p. 23) há uma necessidade da criação de um espaço onde a mulher vítima de violência possa expressar seus sentimentos de tristeza e raiva por ter sido vitimizada e elaborar o luto pela relação acabada “gerando a perda da esperança que nela havia investido”, o trabalho em grupo neste caso traz a tona crenças que permitiram que a violência ocorresse. O autor ainda destaca o empoderamento conquistado pela mulher na interação com o grupo que a muni de competência para assumir as rédeas da própria vida. O grupo ainda ajuda a vítima a reavaliar pensamentos que causam sentimentos de medo, insegurança, confusão e baixa autoestima.

Para o governo trata-se de um modelo de fácil implementação e baixo custo econômico, apesar do pouco estudos realizados sobre estes grupos, ressalta-se que o que se tem registrado até o momento demonstra a qualidade do serviço e a eficácia desse tipo de intervenção em comparação a outras. Este espaço mencionado nos estudos da CIG (2011) encaixa-se com o que é oferecido nos grupos de apoio, onde a vítima é acolhida pelos profissionais e os outros membros do grupo, lá ela conhecerá pessoas as

quais passaram por problemas semelhantes aos dela e como essas pessoas conseguiram supera-los ou como estão conseguindo lidar com eles.

A violência doméstica é um fenômeno social, isto significa dizer, que não se pode reduzir esta problemática para o campo individual ou privado. Portanto, a atuação do profissional nessa área deve ter embasamento teórico tanto da psicologia social como também da psicologia clínica. Estudos publicados até o momento nos dizem que a principal vantagem de se trabalhar em grupos de apoio a mulheres vulnerabilizadas pela violência é a quebra do isolamento da mulher, a validação da experiência, o conhecimento adquirido sobre seus direitos, a obtenção de apoio e a reflexão de formas alternadas de lidar com seus problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste artigo, pode-se concluir que as contribuições feitas por grupos de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica são positivas e apresentam mais pôs do que contras, uma vez que esta modalidade de intervenção retira a vítima da condição de isolamento onde a maioria se encontra, através da relação com o grupo a mulher poderá exprimir sentimentos angustiantes como o medo, sentimento de fracasso e baixa autoestima, que serão acolhidos pelo grupo onde os membros podem entender por sua própria experiência a dor da vítima, a relação obtida com o grupo também poderá restaurar a confiança da mulher e dar-lhe compreensão da situação ao qual ela passou. O trabalho com grupos mostra também vantagem financeira já que se trata de um método mais barato para os órgãos públicos.

Analisando o pensamento de Rogers (1970), entendemos que as desvantagens desse tipo de trabalho estão na falta de estudos realizados que podem pôr em dúvida a sua eficácia, casos de recaídas são comuns, onde a vítima volta as condições anteriores que permitiram a violação de seus direitos, como também a perda do foco nos objetivos por parte do indivíduo dentro do grupo comprometem o trabalho.

Esta pesquisa também ressalta o papel do psicólogo, este é responsável pelo desenvolvimento do grupo e deve moldar o seu trabalho de acordo com a relação que surge entre os membros, essa modalidade também traz ganho ao trabalho do profissional, uma vez que possibilita a expansão de áreas de atuação da psicologia principalmente na esfera pública, a experiência adquirida pelo psicólogo no trabalho com grupos corrobora com o seu crescimento profissional e pessoal.

REFERÊNCIAS

AMARAL, V. L. A Dinâmica dos Grupos e o Processo Grupal. 2007. Disponível em: <www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/...PAR.../Psi_Ed_A10_J_GR_20112007.pdf> Acesso em: 03.out. 2018

BHONE, F.; LOURENÇO, L.; BRUM, C. Violência Doméstica: Um Estudo Bibliométrico. 2011 UFJF (juiz de fora) disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000100010> Acesso em: 04. out.2018

CAZON, M. A Importância dos Grupos de Encontro na Formação do Psicoterapeu-

ta Centrado na Pessoa. 2005. Disponível em: <www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2744/2/20110110.pdf>. Acesso em: 03. out. 2019.

CLARKIN, J.; FONAGY, P.; GABBARD, G. O. A Psicoterapia Psicodinâmica para Transtornos de Personalidade: Um Manual Clínico. São Paulo: Editora Artmed, 2013.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÊNERO – CIG. Violência Doméstica: Intervenção em grupos com mulheres vítimas. 2011. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/siic/wp-content/uploads/2015/01/Violência-doméstica-Intervenção-em-grupo-com-mul-heres-vítimas.pdf> Acesso em: 08/10/2019

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. Estudos de Psicologia (Natal), 9, 381-387, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413294X2004000200021&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 04/12/2018.

EXTRA ONLINE. Saiba o que é e como surgiu a Lei Maria da Penha. 2008. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/saiba-que-e-como-surgiu-lei-maria-da-penha-476303.html>> Acesso em: 04. out.2018.

FERRARI, B. A Era dos Protestos Conectados. Revista Época, Ed. 876, 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/era-dos-protestos-conectados.html> Acesso em: 03.out.2018.

G1. SC registra 18 feminicídios e 5,4 mil lesões corporais dolosas em cinco meses. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2018/08/07/sc-registra-18-femicidios-e-54-mil-lesoes-corporais-dolosas-em-cinco-meses.ghtml>> Acesso em: 04.out.2018

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Núcleo de Apoio à Saúde da Família: Ferramentas Para Gestão e para o Trabalho Cotidiano. 1ª Ed. Brasília, 2014.

MOLITERNO, I. M., Atuação do psicólogo em grupos terapêuticos. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosauade/article/view/460> Acesso em: 04/12/2018

MURTA, S. G., & MARINHO, T. P. C. (2009). A clínica ampliada e as políticas de assistência social: Uma experiência com adolescentes no Programa de Atenção Integral à Família. Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas, 1(1), Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000126&pid=S0103863X201200030001200029&lng=pt. Acesso em: 04/12/2018.

MYERS, D. G. Psicologia. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012.

PARENTE, E.; NASCIMENTO, R.; VIEIRA, L. Enfrentamento da Violência Doméstica por um Grupo de Mulheres Após a Denúncia. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2009000200008&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 04. out.2018

RODRIGUES, A. S. A definição do Conceito de Grupo e Suas Implicações no Funcionamento do Sistema: O Caso das Equipes Cirúrgicas. 2004. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22788/2/29879.pdf>>. Acesso em: 03. Out. 2018.

ROGERS, C. R. Grupos de Encontro. 8ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

SILVA, L. L; COELHO, E.; CAPONI, S. Violência Silenciosa: Violência Psicológica Como Condição Da Violência Física Doméstica. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009 Acesso em: 04.out.2018

A RELAÇÃO DO VÍNCULO MATERNO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Claudia Waltrick Machado Barbosa¹
Manoela de Fátima da Cruz Santos²
Íria Catarina Queiôz Baptista³
José Batista Couto⁴
Mercedes Maria Gevaerd⁵

RESUMO

As primeiras relações entre a mãe e o bebê são fundamentais e determinantes para um desenvolvimento emocional, social e cognitivo saudável da criança, o qual permanece ao longo de toda vida. A relação da mãe com seu bebê tem início no período gestacional e tende a se intensificar após o nascimento e no decorrer dos primeiros anos de vida. A proposta desse estudo foi refletir sobre esta interação e sua importância na vida do ser humano, pois as vinculações seguras na infância promovem uma apreensão mais positiva da realidade, bem como uma avaliação mais positiva de si mesmo e sua relação com os vínculos afetivos satisfatórios na vida adulta. O desenvolvimento infantil é um processo contínuo de evolução, a mãe é um fator externo determinante para a qualidade de desenvolvimento da criança, sendo o agente protetor e estimulador do meio, proporcionando as condições necessárias para que a criança se desenvolva de forma saudável, portanto é de extrema relevância que esse processo de interação seja um dos melhores. As experiências da infância representam um modelo interno de si mesmo dependendo da forma como tal indivíduo foi cuidado. Esta pesquisa objetivou, analisar a partir da perspectiva materna, a relação do vínculo com o bebê e a importância para o desenvolvimento infantil. Trata-se de um estudo qualitativo, no qual as informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro participantes. Para análise dos dados, as falas das participantes foram colocadas em categorias e analisadas a luz da análise do discurso.

Palavras-chave: Relação mãe-bebê. Vínculo. Infância. Desenvolvimento infantil.

¹ Psicóloga e Pedagoga pelo Centro Universitário UNIFACVEST. Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casais pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUASUL). Especialista em Didática do Ensino Superior (EAD) pelo Centro Universitário UNIFACVEST e Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Professora no Centro Universitário UNIFACVEST.

² Acadêmica da 10ª fase do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACVEST

³ Pedagogia, Comunicação Social, Doutora.

⁴ Geografia, História, Mestre.

⁵ Artes, Mestre.

THE RELATION OF THE MATERNAL LINK AND CHILD DEVELOPMENT

Claudia Waltrick Machado Barbosa¹
Manoela de Fátima da Cruz Santos²
Íria Catarina Queióz Baptista³
José Batista Couto⁴
Mercedes Maria Gevaerd⁵

ABSTRACT

The first relationships between the mother and the baby are fundamental and determinant for a healthy emotional, social and cognitive development of the child, which remains throughout life. The mother's relationship with her baby begins in the gestational period and tends to intensify after birth and during the first years of life. The purpose of this study was to reflect on this interaction and its importance in human life, because safe bonds in childhood promote a more positive apprehension of reality, as well as a more positive evaluation of oneself and its relationship with satisfactory affective bonds in adulthood. Child development is a continuous process of evolution, the mother is an external factor determinant for the quality of development of the child, being the protective and stimulating agent of the environment, providing the necessary conditions for the child to develop in a healthy way, and therefore it is extremely important that this interaction process is one of the best. Childhood experiences represent an internal model of itself depending on how such an individual was cared. This research aimed to analyze from the maternal perspective, the relationship between the relationship between the baby and the importance for child development. This is a qualitative study, in which the information was collected through semi-structured interviews conducted with four participants. For data analysis, the participants' statements were placed in categories and analyzed the light of discourse analysis.

Keywords: Mother-Baby relationship. Bond. Childhood. Child development.

¹ Psicóloga e Pedagoga pelo Centro Universitário UNIFACVEST. Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casais pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUASUL). Especialista em Didática do Ensino Superior (EAD) pelo Centro Universitário UNIFACVEST e Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Professora no Centro Universitário UNIFACVEST.

² Acadêmica da 10^a fase do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACVEST

³ Pedagogia, Comunicação Social, Doutora.

⁴ Geografia, História, Mestre.

⁵ Artes, Mestre.

INTRODUÇÃO

Para Zimerman (2010) o primeiro vínculo consiste na inter-relação do bebê recém-nascido com a sua mãe ou com alguma figura substituta dela. A formação deste primeiro vínculo é facilitada pela disposição inata do bebê para a vinculação, e não se inicia apenas com o nascimento deste, mas antes, já na história da gravidez, que por sua vez, envolve a história de vida do casal. A qualidade dos vínculos em todas as situações de relacionamento é que determinará a qualidade de vida de cada pessoa em particular. A noção do vínculo é de fundamental importância para o desenvolvimento e personalidade da criança.

A gravidez é estruturada tanto sobre elementos da realidade quanto das fantasias maternas. Durante a gestação, podem surgir sentimentos ambivalentes em relação ao feto, desde rejeição e ansiedade. Contudo, se houver aceitação e predomínio de sentimentos positivos, as chances de formação de um vínculo positivo com o bebê são maiores (NÓBREGA, 2005 apud GUTIERREZ et al, 2011).

O desenvolvimento do comportamento social do bebê principalmente no primeiro ano de vida é um exemplo que significa “construir o próprio mundo”, ou seja, a interação entre os fatores ambientais e genéticos do desenvolvimento. O ser humano nasce com um repertório inicial de comportamento e capacidades que irão mediar sua interação com o ambiente. Esse repertório inicial está ligado à sucção, à gustação, ao tato, à visão, à audição, é essencial aos estímulos que, em situação natural, são fornecidos pelo corpo da mãe. Essa estimulação natural oferecida pela mãe também é o ponto de partida para o apego ou ligação afetiva. Esse apego pode ser deduzido pela aflição e pelo medo que a criança apresenta na ausência da mãe, não aceitando permanecer em ambientes estranhos nem conviver com pessoas desconhecidas. (SABINI, 2001). A expressão “formação de vínculo”, de acordo com Klaus, Kennel & Klaus (2000, p. 17), refere-se ao:

Investimento emocional dos pais em seu filho. É um processo que é formado e cresce com repetidas experiências significativas e prazerosas. Ao mesmo tempo outro elo, geralmente chamado de “apego”, desenvolve-se nas crianças em relação a seus pais e outras pessoas que ajudem a cuidar delas. É a partir dessa conexão emocional que os bebês começam a desenvolver um sentido do que eles são, e a partir do que uma criança pode evoluir e ser capaz de aventurar-se no mundo.

Entretanto, a forma como a criança introjeta os cuidados que foram dispensados a si desde os primeiros contatos com o seu cuidador se transferirá para suas futuras relações e implicará também na sua escolha de objeto. Neste construto, é importante que a criança se identifique com o objeto escolhido.

O bebê não se compara ao adulto porque sua fisiologia é diferente, bem como suas sensações, suas reações físicas, sua maneira de vivenciar no ambiente que o cerca. Ao recém-nascido faltam a percepção, a consciência e as demais funções psicológicas. O ser humano nasce totalmente desamparado, ele é incapaz de sobreviver por si só, dependendo, inteiramente de outra pessoa. A partir de trocas e interações com o outro surge às novas experiências e aquisição de novas habilidades que levam também ao

estabelecimento de limites das próprias capacidades, ajudando a criança a desenvolver seus próprios mecanismos de defesa, iniciando seu funcionamento enquanto ser social. Portanto a relação mãe-filho encontra-se igualmente na raiz da linguagem e comunicação da criança. (SPITZ, 2004).

Freud (1915) citado por Brum (2004), argumenta que a criança possui necessidade fisiológica que devem ser satisfeitas, sobretudo de alimento e conforto, e que o bebê se torna interessado em uma figura humana, especificamente a mãe, por ela ser fonte de sua satisfação. Na teoria dos instintos, a vinculação com a figura materna é vista como impulso secundário, ou seja, que o bebê se liga a mãe afetivamente como consequência de esta ser o agente de suas satisfações fisiológicas básicas.

As experiências afetivas, no quadro das relações mãe e filho, acontecem no primeiro ano de vida como um caminho inicial para o desenvolvimento da criança proporcionando uma conexão com o mundo que a rodeia. Entre as peculiares desta relação está a de que, este vínculo puramente biológico é transformado gradualmente na primeira relação do indivíduo, o qual irá influenciar por toda sua vida a qualidade dos laços futuros com outros indivíduos (KLAUS & KENNEL, 2000).

O desenvolvimento do ser humano é um processo contínuo, tal como no desenvolvimento do corpo, assim como também no da personalidade e no da capacidade de relações. Os cuidados que a mãe ou o pai dedicam ao seu bebê não constituem em apenas em um prazer para eles e para criança, trata-se também de uma necessidade absoluta e sem eles, o bebê não poderá transformar-se em um adulto sadio e prestimoso. Um bebê privado de algumas coisas coerentes, mas necessárias, como um contato afetivo, está votado, até certo ponto, a perturbações no seu desenvolvimento emocional que se revelarão através de dificuldades pessoais, à medida que crescer (WINNICOTT, 1982).

Spitz (1945) ressalta que enquanto trabalhava em um orfanato observou que os bebês que eram alimentados e vestidos, mas não recebiam afetos, nem eram segurados no colo ou embalados, apresentavam a síndrome por ele dominada hospitalismo. Esses bebês tinham dificuldades no seu desenvolvimento físico, faltava-lhes apetite, não ganho de peso e, com o tempo, perdiam o interesse por se relacionar, o que levava a maioria dos bebês a óbito. O resultado da ausência dos pais e do afeto é como fator determinante no desenvolvimento com prognóstico reservado.

As relações objetais são relações entre um sujeito e um objeto. Nesse caso o recém-nascido é o sujeito, no início o recém-nascido está em estado de não diferenciação. Até o momento, não pode ser demonstrada a existência da psique ou de um funcionamento psíquico em recém-nascidos. Com tudo, não há objetos em relações objetais no universo do recém-nascido (SPITZ, 2004).

Para a criança, a privação de relações objetais no primeiro ano de vida é um fator muito prejudicial, que leva a sérios distúrbios emocionais, logo, Spitz (2004, p. 212) elucida que:

Quando isso ocorre, as crianças apresentam um quadro clínico impressionante; parecem ter sido privadas de algum elemento vital à sobrevivência. Quando privamos crianças de suas relações com a mãe, sem proporcionar-lhe um substituto adequado que possam aceitar, nós as privamos de provisões libidinais.

Com base no que foi descrito acima nota-se que o fator da interação é muito importante para a o estabelecimento da relação. Um exemplo disso é o caso de um bebê pequeno e prematuro ser tocado, embalado e acariciado diariamente ou se conversamos com ele durante sua permanência na enfermaria, ele poderá apresentar menos falhas na respiração, ganho de peso e um progresso mais rápido em algumas áreas do funcionamento cerebral para que então seu desenvolvimento se processe de forma mais rápida.

Dizendo-se que uma criança normal é um indivíduo ativo, de aparência sadia, que dá a impressão de ser feliz dando pouca preocupação aos pais. Come bem, dorme bem, cresce bem; seu peso, assim como seu tamanho, aumenta normalmente a cada mês, tornando-se cada vez mais inteligente e mais ativa. É evidente que a partir dessas palavras nota-se a normalidade. Essas relações objetais devem ser examinadas, sob o ângulo da normalidade. As relações entre a mãe e o filho envolvem dois indivíduos completamente diferentes, e o que satisfaz a mãe é completamente diferente do que satisfaz a criança. Mas isso é o básico para o conceito de relações objetais normais, as quais tanto a mãe e o bebê são satisfeitas.

Portanto Spitz (2004, p. 208) diz:

As respostas da mãe às ações da criança facilitam e possibilitam a integração do processo de amadurecimento do bebê. Provocam uma complexidade crescente na estrutura do ego da criança e levam à formação de sistemas múltiplos. Ao mesmo tempo, essa complexidade crescente do ego expende o espectro de satisfações que a criança passa a exigir das relações objetais.

Pode-se dizer que as relações objetais que satisfazem mãe e filho são relações nas quais operam forças no sentido em que ambos passem a se completarem, de maneira não só a se proporcionarem satisfação, mas também de um modo que um deles, a obter satisfação, possa proporcionar-la ao outro.

Sabini (2001, p.15) ressaltou que:

Os cuidados que o bebê recebe fazem com que ele desenvolva também o sentimento de confiança básica. A confiança se define pela certeza de que as necessidades serão atendidas assim que forem manifestadas, a regularidade e a qualidade das respostas dos adultos fazem com que ocorram expectativas agradáveis. A criança adquire o sentimento de que é capaz de fazer com que alguém apareça e a alivie. Assim, ela passa confiar no “adulto”, mesmo quando ele não está presente.

Sendo que a confiança se desenvolve como conseqüências de um clima emocional estável que estimula e nutre a capacidade inerente da criança de se tornar uma personalidade segura. Quando os pais são coerentes em seus padrões de cuidados e prestam atenção aos sinais de seu bebê, oferecem um ambiente altamente favorável

¹ Acadêmica do Curso de Engenharia de Alimentos, 10ª fase, do Centro Universitário UNIFACVEST.

² Engenheira de Alimentos, Mestre e Doutora em Engenharia Química Professora do Centro Universitário UNIFACVEST

para a criança senti-los e ao mundo como confiáveis e responsivos às suas necessidades individuais. Pelo asseguramento repetido de que suas necessidades físicas e emocionais serão satisfeitas, o bebê começa a desenvolver um sentimento de confiança básica e apego que o conduz à construção da independência. Assim, a criança pode usar sua curiosidade, pela base segura formada com seu cuidador, para desbravar e experimentar o mundo.

Em síntese, a partir desta reflexão sobre o vínculo mãe-filho, constata-se que este, por ser o mais primitivo, lança as bases para a saúde mental do indivíduo, e que existem momentos críticos em sua formação, que vão desde o relacionamento do casal que gerou a criança até os primeiros cuidados com a mesma. As vivências psicológicas do pai e, em especial, da mãe, marcadas por sua própria história de vida, interferem na formação do vínculo afetivo com o filho, uma vez que determinam a qualidade dos cuidados oferecidos à criança e o envolvimento emocional com a mesma. É neste sentido se acrescenta a noção de “vínculo do reconhecimento”, defendendo que o ser humano necessita reconhecer a si próprio e ao outro como alguém diferente dele, para que o processo de individualização seja bem-sucedido. (ZIMERMAN,2010)

METODOLOGIA

Minayo (2008, p. 44) define metodologia de forma abrangente e concomitante

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Este estudo implica em uma pesquisa descritiva qualitativa de campo. Um conceito que está relacionado à pesquisa qualitativa, é a subjetividade. Por este motivo, não é importante o tamanho da amostra e sim qualidade. O termo de subjetividade é usado para entender os processos que caracterizam o mundo interno do sujeito, os quais constituem o objeto de estudo da metodologia qualitativa. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Segundo Minayo (2008), os instrumentos de trabalho de campo na pesquisa qualitativa permitem uma mediação entre o marco teórico – metodológico e a realidade empírica. A pesquisa qualitativa trabalha geralmente com pessoas e com suas criações e estes sujeitos de pesquisa devem ser compreendidos como atores sociais, respeitados em suas opiniões, crenças e valores. Todo trabalho de coleta de informação, deve observar que a fala dos sujeitos de pesquisa é reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos.

Para Chizzotti, (2000) na pesquisa qualitativa todos os fenômenos, vivencia-

dos e observados durante a relação pesquisador-pesquisado, são valiosos: constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência, a interrupção, a falta, o silêncio. É importante encontrar o significado do manifesto. Os sujeitos são todos dignos de estudo, são todos iguais, mas ao mesmo tempo permanecem únicos. Todos os pontos de vistas são importantes: do culto ao iletrado, dos que falam e dos que se calam. Neste sentido, neste estudo procurou-se entender as experiências vividas por cada pessoa, as representações que ela formou e os conceitos que elaborou sem buscar causa e efeito.

Foram participantes quatro sujeitos do sexo feminino, mães e estudantes, que se encaixam com o objetivo da pesquisa, direcionando para análise interpretativa dos relatos das participantes. As entrevistas foram feitas individualmente com a autorização das mesmas mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturado. Critérios de inclusão: mães estudantes, que aceitaram participar da pesquisa.

Os dados foram tabulados por meio da análise do discurso, portanto, objetiva realizar uma reflexão sobre as condições de produção e apreensão do significado de textos produzidos em diferentes campos, como, por exemplo, o religioso, o filosófico, o jurídico e o sociopolítico. Os pressupostos básicos desta análise podem ser resumidos em dois: (1) o sentido de uma palavra ou de uma expressão não existe em si mesmo; ao contrário, expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual as relações são produzidas; (2) toda formação discursiva dissimula, pela pretensão de transparência e dependência, formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988).

DISCUSSÃO

Antes de adentrar nos resultados da pesquisa, por questões éticas para preservar o anonimato das participantes, optamos por nomes fictícios, optou-se por nomeá-las genericamente com a letra “M” com números de 0 a 4. As participantes possuem entre 24 e 37 anos, apenas a participante (M1) possui um filho as demais possuem dois filhos. O roteiro de entrevista semiestruturado forneceu questões abertas, e foram divididas em três categorias: (a) descoberta da gravidez; (b) a chegada do bebê; (c) Cuidados maternos.

A categoria “Descoberta da gravidez”, refere-se como as mães se sentiram com a gravidez, se a gravidez foi planejada ou inesperada. Entre as quatro mães apenas uma planejou a gravidez. Nas falas das participantes podemos observar como se sentiram ao se perceber gestantes. Segundo a participante (M2) “[...] foi preocupante pois na minha primeira gravidez eu tinha apenas 19 anos”. Nas palavras de Klaus e Kennel (1993), a gestação é um momento complexo, onde ocorrem diversas mudanças na vida da mulher. A relação da mãe com seu filho começa já na gestação e será base da relação mãe-bebê, a qual se estabelecerá depois do nascimento e ao longo do desenvolvimento da criança.

A participante (M2) diz: “fiquei com um pouco de medo, pois sabia que tudo iria ser diferente dali para a frente”. Neste sentido, Brazelton (1998), citado por Borsa (2007), ressalta que o período de gestação é caracterizado por inúmeras mudanças e ainda, por sentimentos ambivalentes que estão intimamente relacionados à história e as experiências vividas pela gestante ao longo de sua vida. Corroborando com essa ideia Maldonado (1982) explica que, a gravidez é um momento de grande impacto na vida

da mulher, sendo esse período marcado por inúmeras transformações no que concerne a mudanças físicas e emocionais, além da necessidade de se construir um novo papel como mãe. Nesse sentido a gravidez é marcada por expectativas, medos e ansiedade, essa é uma fase na qual os relacionamentos anteriores podem ser reelaborados, envolvendo elementos conscientes e inconsciente.

A participante (M1) em sua fala enfatiza, “a minha gravidez não foi planejada, mas foi desejada sim, pois já fazia um ano que estava casada e queria engravidar”. De acordo com Corrêa e Serralha (2015) citado por Andrade et al (2017), entende-se que por mais que não seja planejada, mas a gravidez foi desejada, uma vez que o desejo vem das ordens do inconsciente e não do consciente, é durante a gravidez, com a presença do filho em seu corpo, que a mulher começa a se sentir mais intensamente como mãe.

Ainda na categoria “Descoberta da gravidez”, a participante (M4) relatou que teve problemas durante a segunda gestação, e dificuldades financeiras precisando receber ajuda: “eu tive problemas com meu companheiro atual na época, aos 9 meses de gravidez ele me agrediu de forma verbal e física, meu filho nasceu perfeito, porém, eu não tive leite materno para oferece-lo, esse estresse que passei durante a gravidez pode ter influenciado a isso”. De acordo com Spitz (2004) as relações afetivas, geralmente estão associadas ao campo puramente psicológico, tendo um impacto em nível fisiológico e físico, influenciando diretamente a prática pediátrica.

Ainda sobre isso, Winnicott (1999) ressalta que é importante que o bebê possa mamar, contudo, ele salienta a importância do ambiente facilitador, e o privilégio da herança como potencial que todo ser humano traz ao nascer tanto do ponto de vista físico como emocional. Ou seja, Winnicott chama de ambiente facilitador o ambiente no qual os processos evolutivos e as interações naturais do bebê e com o meio podem se desenvolver de acordo com o padrão hereditário do indivíduo.

As demais participantes relataram que durante a gestação foi tudo normal sem nenhuma complicação. Para a participante (M2) “[...] só mesmo os enjoos nos primeiros meses, no restante foi tudo muito tranquilo”. Neste âmbito, Maldonado (1982), relaciona outros aspectos que também estão presentes na gravidez, tais como, hipersonia, náuseas, vômitos, aumento de apetite, oscilação de humor, aumento de sensibilidade e irritabilidade. Nessa forma, durante e após gravidez pode ser desencadeado na mãe inúmeras respostas fisiológicas e também emocionais.

Na segunda categoria “A chegada do bebê”, foi questionado se a chegada do bebê influenciou sua vida tanto pessoal quanto profissional. Todas concordaram que mudou muita coisa, os planos acabaram mudando sem muito tempo para pensar na vida pessoal e profissional. De acordo com a participante (M3) “Um filho muda a vida de qualquer pessoa, abrir mão de algo para poder criar o filho faz parte”.

Neste sentido, Winnicott (1998) explica que, a criança desde o seu nascimento possui necessidades fisiológicas que devem ser satisfeitas, principalmente aquelas relacionadas a alimentação e conforto. Dentre as figuras humanas, a mãe se torna privilegiada para o bebê, é ela o seu primeiro objeto de interesse e amor, pelo fato de ser a fonte de sua satisfação. Assim, tanto a mãe quanto o ambiente devem ser suficientes bons para que haja no bebê, de fato, uma formação emocional saudável. Entretanto, caso a mãe não seja suficiente boa e esse cuidado apresente falhas onde estabeleça carências que não são corrigidas o bebê poderá ter um comprometimento na sua subje-

tividade. A privação de relações objetais ao longo do primeiro ano de vida é um fator muito prejudicial, que leva a sérios distúrbios emocionais na criança.

A participante (M1) diz que: “devido a gravidez eu acabei não fazendo um curso que na época eu gostaria muito de fazer [...]”. Segundo Ardailton (1997) citado por Quednau a maternidade transforma o ser, não há possibilidade de se imaginar como antes, embora o ‘antes’ seja lembrado para demarcar as diferenças trazidas no dia a dia da vida da mulher. Já a participante (M4) relatou que, “com a chegada do bebê minha vida mudou muito fiquei a mercê do mercado de trabalho, fiquei a procura de vagas na creche e vagas de emprego”.

A vida da mulher que se torna mãe começa a assumir outra conotação, pois agora ela tem mais uma grande responsabilidade. A chegada do bebê redimensiona o seu modo de viver que agora vivencia uma nova realidade. Estas mudanças interferem diretamente na vida da mulher, pois é necessário que tenha uma infraestrutura familiar bem organizada para que sua vida também o esteja. (SPINDIOLA E SANTOS, 2003 apud QUEDNAU, 2007).

Na última categoria “Cuidados maternos” as mães deviam descrever, que tipo de atenção foi oferecida ao bebê ou se teve apoio de alguém, e como foi voltar a trabalhar e estudar com o filho pequeno. Bowlby (2002) e Winnicott (2011) destacam que as experiências infantis são fundamentais no processo de configuração e estabelecimento de vínculos afetivos futuros. Ou seja, a vivência da maternidade terá como fator predominante todos os outros vínculos da vida da mãe, essencialmente o vínculo primitivo, com seus próprios pais. São as atitudes emocionais da mãe que vão orientar o bebê, conferindo uma qualidade de vida à sua experiência e servindo como organizador da sua vida psíquica, por possibilitar identificações que poderão influenciar seu desenvolvimento posteriormente (KLAUS, KENNEL; KLAUS, 2000; MALDONATO, 1982).

As participantes (M1), (M2) e (M3), relataram que tiveram ajuda dos familiares para cuidar do bebê, principalmente de suas mães. No entanto, a participante (M4) relata: “sempre cuidei dos meus filhos sozinha, nunca pude contar com ajuda de ninguém, pois não tenho família, dependendo das escolas e creches para poder trabalhar”. Quando o bebê nasce ele precisa se adaptar à um mundo completamente novo. Desde o nascimento o bebê demonstra seu maior interesse exclusivamente pela mãe, até pelo sexto meses. O vínculo afetivo como uma forma de se relacionar com o outro na perspectiva de manter se ligado emocional ou comportamentalmente, apresenta-se na relação cuidador e criança como um meio de subsistência e manutenção de um ambiente adequado para o desenvolvimento maturacional sadio. A proximidade funciona como uma busca pela segurança e apoio, que seja nos momentos de adversidade ou para proporcionar uma capacidade funcional da personalidade da criança. (WINNICOT, 1982).

A participante (M1) ao relatar como foram os cuidados que teve com seu filho respondeu que: “na primeira gravidez cuidei do meu filho até os 4 meses, depois comeci a trabalhar devido a isso perdi um bom tempo sem acompanhar alguns acontecimentos, mas fora isso sempre tentei dar atenção e ser presente, a minha família e a do meu marido apoiaram bastante após o nascimento [...]”. Spitz (2004) ressalta que: “O ser humano nasce totalmente desamparado. Ele é incapaz de sobreviver por si só, dependendo, pois, inteiramente de outra pessoa”. As trocas e interações com o outro levam às novas experiências e aquisição de novas habilidades. Levam também ao estabelecimento de limites das próprias capacidades, ajudando a criança a desenvolver seus

próprios mecanismo de defesa, iniciando seu funcionamento enquanto ser social. Portanto a relação mãe-filho encontra-se igualmente na raiz da linguagem e comunicação da criança.

Complementando, Winnicott (2000) explica que, o papel da mãe é essencial para o desenvolvimento psíquico do bebê sendo necessário ser oferecido ao bebê o ambiente adequado para que ele se desenvolva bem. Assim, é de fundamental importância do que acontece na relação mãe e bebê ao longo do desenvolvimento da criança. Desta forma percebe-se que quando se tem um apoio de algum familiar as mães se sentem mais seguras em relação ao filho. A participante (M1) complementa explicitando que: “voltei a estudar com 15 dias após o parto, pois não precisava de licença maternidade. Já no trabalho voltei após 6 meses, fiquei tranquila pois sabia que minha filha seria bem cuidada pela minha mãe”. Por outro lado, no caso de (M4): “foi uma luta, pois eu precisava achar alguém que pudesse ficar a noite com meu filho para eu conseguir estudar”. Winnicott (2000), ressalta que a boa evolução dos estágios posteriores ao desenvolvimento dependem, principalmente, de bons resultados nos primeiros contatos do bebê com mãe ou cuidadora.

A partir do que se pode levantar em relação a interação mãe-bebê, os resultados apontam dados relevantes que indicam a representatividade desta relação da concepção das mães. Como citado por Winnicott (2000), um bebê não pode existir sozinho, pois é essencialmente parte de uma relação onde se constitui a partir do outro, biologicamente e psiquicamente, e a mãe deve ser suficiente boa, sendo capaz de oferecer um ambiente suficiente bom convivendo sem prejuízos psíquicos.

Para finalizar as reflexões ainda nesta última categoria, propusemos que as mães entrevistadas opinassem sobre se a privação do contato materno interfere no desenvolvimento da criança. Spitz (2004, p. 119), definiu os pontos críticos no desenvolvimento do bebê, os que são organizadores da psique, que são de importância extraordinária para a progressão ordenada e livre do desenvolvimento infantil. Se a criança estabelecer e consolidar com êxito um organizador no momento apropriado, o seu desenvolvimento pode prosseguir na direção do próximo organizador.

Neste sentido, todas as mães concordaram que a privação do contato materno pode interferir no desenvolvimento da criança. A participante (M2) comenta que: “eu acredito que sim, pois a criança em idades iniciais precisam da atenção de uma mãe”. Já (M1) completa dizendo que: “[...] o contato materno é insubstituível principalmente nos primeiros anos”.

As experiências afetivas, no quadro das relações mãe e filho, acontecem no primeiro ano de vida como um caminho inicial para o desenvolvimento da criança proporcionando uma conexão com o mundo que a rodeia. Entre as peculiares desta relação está a de que, este vínculo puramente biológico é transformado gradualmente na primeira relação do indivíduo, o qual irá influenciar por toda sua vida a qualidade dos laços futuros com outros indivíduos (KLAUS & KENNEL, 1993).

Analisando as respostas das mães nota-se que elas concordam plenamente com a importância desse vínculo que se estabelece no decorrer do desenvolvimento da criança. (M3) argumenta que “é importante para toda criança uma figura materna e paterna, porém quando há essa privação, e existe uma pessoa cumprindo esse papel, creio que não há problema algum”. Para Zimerman (2010) o primeiro vínculo consiste na inter-relação do bebê recém-nascido com a sua mãe ou com alguma figura substituta

dela.

A consequência de privar o bebê do afeto de desprazer durante o decorrer do primeiro ano de vida é tão prejudicial quanto priva-lo do afeto de prazer. Prazer e desprazer tem um papel muito importante na formação do sistema psíquico e da personalidade. Coibir qualquer um dos afetos é transformar o equilíbrio do desenvolvimento. Por isso a criação dos filhos de acordo com uma doutrina de permissividade indiscriminada leva a resultados deploráveis. Nunca será demais destacar a importância da frustração para o desenvolvimento, sendo a própria natureza que a impõe. Pois estamos sujeitos à uma imensa frustração, a frustração está incorporada no desenvolvimento. É o mais potente catalisador da evolução de que dispõe a natureza. A frustração permite que a criança se torne ativa, testando a realidade de forma que o ego se desenvolva satisfatoriamente (SPITZ, 2004).

A participante (M4) ainda ressaltou que: “seria importante empresas e faculdades disponibilizarem creches para os filhos de alunos e funcionários em idades iniciais para mães e filhos estarem sempre o contato”. Bowlby (2002), ressalta que é a partir dessa interação afetiva entre a mãe e o bebê que se constitui as primeiras representações mentais do recém-nascido, sendo a mãe considerada uma figura de apego, pois é quem através do seu contato, satisfaz a necessidade social primária do bebê. É na identificação primária que a criança estabelece sua condição de ser, existir.

Seguindo essa linha Spitz (2004, p.209) destaca que, “Na relação mãe-filho, a mãe é o parceiro ativo e dominante. A criança, pelo menos no início, é a receptora passiva”. Isso nos leva à afirmação de distúrbios da personalidade materna refletirão nas perturbações da criança. Spitz denominou relações insatisfatórias como patogênicas, podendo ser divididas em: relações inadequadas entre mãe e filho; relações insuficientes entre mãe e filho.

Por fim como demonstrada a pesquisa, observa o processo de vínculo que tem sua consolidação a medida que a relação se constitui. Talvez em casos de mães que ocorra impossibilidade da prática materna, essa possibilidade não se aplica com os dados da pesquisa, todavia os dados dessa pesquisa ressaltam que embora o processo vincular possa vir ter influências de diversos fatores, a vinda do bebê parece favorecer a relação, até mesmo as mães que tiveram que deixar seus filhos com poucos meses para trabalhar ou estudar, se estabeleceu um apego e formação de vínculo adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou promover reflexões sobre a importância do vínculo materno, a relação da mãe com seu bebê vai se constituindo desde a gestação. De acordo com o presente estudo obteve-se êxito no cumprimento dos objetivos propostos, foi possível concluir o quanto o vínculo estabelecido entre mãe- bebê é importante para o desenvolvimento físico, psíquico e social. A criança necessita desse vínculo para com a mãe ou quem exercer a sua função, pois a criança nasce dependendo de cuidados e necessita que o meio lhe ofereça suporte adequado para o seu desenvolvimento.

Os objetivos propostos do trabalho foram atingidos de forma satisfatória, foi possível promover uma discussão sobre a relação da mãe com seu bebê e também enfatizar a importância desse vínculo. Foram abordados os aspectos relativos desde a gravidez e durante a maternidade, sobre os sentimentos e vivências das mães durante a

gestação e toda a importância dos cuidados maternos. Além de investigar essa relação foi possível averiguar que a qualidade dessa interação poderá trazer benefícios ou prejuízos no curso do desenvolvimento.

O recebimento da criança se torna muito importante porque além de proporcionar o reconhecimento entre mãe e filho, estimula os efeitos sensoriais do bebê, o recém-nascido oferece respostas diante dos estímulos da mãe. A relação do vínculo materno é um componente básico desse processo interativo, ressaltando que cada relação mãe-bebê é única tem suas características e dinâmicas diferentes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C de J; BACCELLI, M, S; BENINCASA. O Vínculo mãe-bebê no período do puerpério: uma análise Winnicottiana. Revista do Nesme, v.14 n.1. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v14n1/v14n1a04.pdf>. Acesso em: 30/10/2019.

BOWLBY, J. Apego e perda: Apego a natureza do vínculo. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

BORSA, J.C. Considerações acerca da relação mãe-bebê da gestação ao puerpério. Revista Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade, Porto Alegre, n.02, Abri/Mai/Jun, 2007. Disponível em: www.revistacontemporanea.org.br. Acesso em: 10/08/2019.

BRUM, E. H. M. de; SCHERMANN, L. Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil: abordagem teórica em situação de nascimento de risco. Ciência & Saúde Coletiva. v.9, n.2, p.457-467, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20399.pdf>. Acesso em: 17/04/2019.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GUTIERREZ, D. M. D; CASTRO, E. H; PONTES, K. D. da S. Vínculo mãe-filho: reflexões históricas e conceituais à luz da psicanálise e da transmissão psíquica entre gerações. Revista do Nufen - Ano 03, v. 01, n.02, agosto-dezembro, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v3n2/a04.pdf>. Acesso em: 30/03/2018.

KLAUS, M.& KENNEL, J. Pais/bebê- a formação do apego. Porto Alegre: Artmed, 1993.

KLAUS, M.H; KENNEL, J.H. & KLAUS, P.H. Vínculo - construindo bases para um apego seguro e para a independência. Artes Médicas, Porto Alegre, 2000.

MALDONADO, M.T. Psicologia da gravidez. Petrópolis: Vozes. 1982.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso. Campinas: UNICAMP, 1988

QUEDNAU, F. S. O conflito entre a maternidade e o trabalho na mulher pós moderna. Faculdade de ciências da saúde – FACS. 2007.

SABINI, M. A. C. Psicologia do Desenvolvimento. Editora Ática, São Paulo, 2001.

SPITZ, R.A. O primeiro ano de vida. Martins Fontes, 3ªed, São Paulo. 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WINNICOTT, D.W. A criança e o seu mundo. Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A. 6ª ed. Rio de Janeiro, 1982.

WINNICOTT, D. W. A família e o desenvolvimento individual. Martins Fontes, 4ª ed. São Paulo, 2011.

WINNICOTT, D.W. A preocupação materna primária. In: D. W. Da pediatria a psicanálise: obras escolhidas. Rio de Janeiro. Editora Imago. 2000

WINNICOTT, D.W. Natureza Humana. Editora Imago, Rio de Janeiro, 1990.

ZIMERMAN, D. E. Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento, reconhecimento, na psicanálise e em nossas vidas. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ADOÇÃO TARDIA: O PAPEL DO PSICÓLOGO NA REINTEGRAÇÃO FAMILIAR

Claudia Waltrick Machado Barbosa¹
Ruane Maynni Gitirana do Amaral²
Alexandre Antunes Ribeiro Filho³
Cristian Roberto Antunes de Oliveira⁴

RESUMO

Esta pesquisa objetiva clarificar o papel exercido pelos psicólogos diante de um processo de adoção tardia, visando entender os sentimentos das pessoas candidatas à adoção e com isso discorrer sobre a atuação desses profissionais diante da criança ou adolescente. Hoje no Brasil crianças que passaram por abusos, maus tratos ou abandono por parte de seus genitores, vão parar em instituições amparadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, tornando assim essa criança uma possível candidata à adoção. Também existem pessoas interessadas em adotar, que por motivos biológicos ou até mesmo por escolha resolveram optar por essa forma de ter um filho. Contudo, o número de crianças para possíveis adoções não para de crescer, e a fila de espera continua alta também, um fator gerado pela opção das famílias adotantes em querer crianças mais novas, deixando de lado a adoção tardia. O estudo mostra ainda, quais as expectativas e reais motivações que levam as pessoas a recorrerem à adoção. Hoje milhares de crianças e adolescentes esperam por uma oportunidade de adoção, assim o Psicólogo junto com a equipe técnica da Vara da infância tem o papel fundamental de dar um novo sentido ao futuro dessa criança ou adolescente.

Palavras-chave: Adoção Tardia, Família, Estatuto da Criança e Adolescente, Psicologia.

1 Psicóloga e Pedagoga pelo Centro Universitário UNIFACVEST. Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casais pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUASUL). Especialista em Didática do Ensino Superior (EAD) pelo Centro Universitário UNIFACVEST e Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Professora no Centro Universitário UNIFACVEST.

2 Acadêmica da 10ª fase do Curso de psicologia do Centro universitário UNIFACVEST

3 Biomédico, Gestor Ambiental, Doutor.

4 Geógrafo, Pedagogo, Historiador, Mestre.

LATE ADOPTION: THE ROLE OF PSYCHOLOGIST IN FAMILY REINTEGRATION

Claudia Waltrick Machado Barbosa¹
Ruane Maynni Gitirana do Amaral²
Alexandre Antunes Ribeiro Filho³
Cristian Roberto Antunes de Oliveira⁴

ABSTRACT

This research aims to clarify or inform about the role played by psychologists in the process of late adoption, how to understand the feelings of the candidates to adopt and thereby discuss the role of these professionals towards the child or adolescent. Today, in Brazil, children who are abuse, abused or abandon by their parents will end up in institutions under the Child and Adolescent Statute, making this child a candidate to use. There are also people who can adopt, for biological reasons or even by choice of the resolver, choose this type of child. However, the number of children for possible changes not to grow, and the queue remains high as well, a factor caused by the choice of adopted families to accept younger children, leaving late application aside. The study also shows what are the expectations and real motivations that lead people to resort to adoption. Today thousands of children and adolescents are waiting for an adoption opportunity, such as the Psychologist with the Child Stick technical team, or the pivotal role of a new meaning for this child or adolescent's future. For this study, a qualitative approach research was use.

Keywords: Late Adoption, Family, Child and Adolescent Status, Psychology.

1 Psicóloga e Pedagoga pelo Centro Universitário UNIFACVEST. Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casais pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUASUL). Especialista em Didática do Ensino Superior (EAD) pelo Centro Universitário UNIFACVEST e Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Professora no Centro Universitário UNIFACVEST.

2 Acadêmica da 10ª fase do Curso de psicologia do Centro universitário UNIFACVEST

3 Biomédico, Gestor Ambiental, Doutor.

4 Geógrafo, Pedagogo, Historiador, Mestre.

INTRODUÇÃO

Neste estudo apresentaremos o contexto da reintegração familiar aos olhos da adoção tardia. Porém, antes de adentrar ao tema propriamente, torna-se relevante compreender o universo familiar, pois é neste cenário que, tanto a reintegração como a adoção tardia, servem como plano de fundo. A família contextualizada com o cenário atual, apresenta-se como uma estrutura multifacetada, pois o que temos hoje sobre família se distancia do conceito tradicional.

Quanto ao princípio do pluralismo das entidades familiares, Dias (2013) esclarece que as estruturas familiares adquiriram novos contornos, sendo encarados como o reconhecimento pelo Estado da existência de várias possibilidades de arranjos familiares.

De acordo com Silva (2009) o conceito de família sofreu algumas modificações nos últimos anos, passando de um conceito patriarcal e extenso para um sentido onde não se define mais pela quantidade, por isso não importa mais quantos integrantes possua ou as suas crenças religiosas, hoje em dia família é sinônimo de amor, cuidado e proteção. Rodrigues et al (2007) complementa que possuir uma família é um direito de todos, inclusive, o Estado busca auxiliar para que esse direito seja respeitado desde a infância, pois algumas vezes, a família biológica não tem condições materiais e nem psicológicas para criar seus filhos, então o Estado intervém encaminhando essas crianças para instituições de acolhimento para que num futuro elas possam ser adotadas.

A adoção é um tema que vem sendo falado com bastante frequência ultimamente, suas origens, seus conceitos e toda a sua história fazem parte de um contexto muito amplo que necessita ter um espaço de fala nos dias atuais. O ato de adotar uma criança se dá quando uma família, decide acolhê-la como filho. Existem várias definições do tema adoção, portanto cabe trazer a fala de Poretz (2007, p. 279), onde o autor cita que “a adoção é uma forma definitiva de colocação de criança ou adolescente em família substituta através da sentença judicial, com esse procedimento se forma uma nova família”. Com isso, se entende que a inserção desta criança em um contexto familiar novo, se deve inicialmente através de meios judiciais, a partir do momento em que ela é reconhecida legalmente como filha a criança passa a pertencer aquele grupo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 de 13.07.1990 defende que após o ato da adoção, a criança passa a ter os mesmos deveres e direitos que possuem os filhos biológicos se por acaso existirem, também é importante salientar que após a adoção ser realizada judicialmente ela se torna definitiva e irrevogável e, com isso deixando de ter vínculo com os pais biológicos.

Conforme Oliveira et al (2017, p. 11) quando falamos em adoção precisamos entender que:

[...] adoção é um processo em que, na maioria dos casos, os direitos das crianças e adolescentes já foram violados. Isso se justifica porque aqueles que são submetidos a esse processo já foram abandonados precocemente por seus genitores ou estão em abrigos à espera de pais adotivos. Compreende-se que tais acontecimentos podem ter os seus efeitos sobre o sujeito, tanto sobre aqueles que se candidatam a pais, quanto para a criança ou adolescente que foi submetida(o) à adoção.

Sendo assim Reppold (2003) discorre que com a destituição do poder familiar, a criança passa a estar sob responsabilidade do Estado, sendo que ele tem o dever de encontrar a melhor opção de cuidado para esta, visto que a adoção é a que mais se aproxima do atendimento necessário. Levando em consideração a fala desse autor, e ainda entendendo que segundo Levinzon (2004) a adoção é a melhor forma de proporcionar uma família à uma criança abandonada ou institucionalizada, e de proporcionar aos adotantes a possibilidade de criar um filho. Podemos entender o quanto a adoção se faz necessária, tanto para uma criança que necessita de afeto, proteção e cuidados para solidificar com uma base familiar estável, quanto para as pessoas que por opção ou impossibilidades biológicas não conseguem ter filhos.

Diniz (2010) contempla que hoje em dia a adoção não é mais como era antigamente, onde se tinha como fator principal dar filhos a aqueles que não podiam ter por limitações biológicas, ou livrar pessoas de uma solidão na velhice, mas sim com um olhar mais voltado à criança, compreendendo que essa possui necessidades que precisam ser supridas, possuir uma família que lhe dê proteção, segurança e amor.

Ainda nas palavras de Levinzon (2004) a adoção proporciona à criança um contexto de instituição familiar onde ela pode encontrar uma base social segura para as suas necessidades básicas. Pois como muitas vezes os genitores não podem criar essa criança, então ela entra no sistema de adoção à espera de um novo lar que possa lhe garantir segurança para crescer e se desenvolver.

Visto isso, Mariano (2008) contempla que a adoção é a inserção de uma criança ou um adolescente dentro de um contexto familiar substituto, e nesses casos é criado um vínculo forte de relação entre pais e filhos já que ocorreu a perda do poder familiar dos pais biológicos. Retornando à fala de Levinzon (2004) o autor explana que para evitar o sofrimento causado pelo abandono, a ausência do lar e a institucionalização, faz-se necessário que a inserção da criança adotada deva acontecer o quanto antes.

Contudo, Weber (1998) menciona que tem aumentado a dificuldade de adoção de crianças pequenas ultimamente, e em consequência disso os adotantes estão optando por crianças com mais de dois anos, o que se dá o nome de adoção tardia. Normalmente nesses casos, a criança foi abandonada tardiamente ou foi retirada do poder familiar biológico pela justiça e ficam nos orfanatos esperando uma possível adoção, ou até completar a maioridade e não estar mais sob guarda do Estado.

Porém conforme Noal (2007) no Brasil ainda é grande o número de pessoas que preferem adotar bebês a crianças com mais de 2 anos de idade. E a justificativa para isso é de que existe um preconceito da sociedade para crianças adotadas e todo o processo de adequação à essa nova família.

Ferreira (1991) citado por Arnold (2011) cita que por trás do ato de adoção existe a vontade acompanhar o desenvolvimento do bebê, criar a seu molde e conforme as crenças já adquiridas. No entanto, quando acontece uma adoção tardia alguns adotantes acreditam que a criança pode trazer junto com ela maus costumes. Além disso, existem casos que judicialmente são necessários cuidados especiais por serem considerados como adoções mais difíceis. Sampaio et al (2018) exemplifica esses casos como os que são compostos por irmãos, crianças HIV positivo, adoções de crianças com necessidades especiais e inter-raciais.

Zornig et al (2006) discorre que ao observar as dificuldades para a adoção no país, percebemos que elas vão muito além da burocracia jurídica envolvida, e permeia

uma certa seletividade e preferência dentre os adotantes para os adotados. Pois, a chegada em uma família adotiva vai ser repleta de recordações da história da criança, uma vez que a partir dos 2 anos de idade mesma já está com um entendimento melhor do que acontece ao seu redor, com isso, é possível que traumas possam ser descobertos, sendo eles relacionados à situações de descuido e desapareço as quais podem acarretar em uma certa dificuldade na hora de formar novos vínculos dentro da nova família.

METODOLOGIA

Segundo Barros et al (1990, p. 14), pesquisa pode ser definida como:

[...] a exploração, é a inquirição, é o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade. A pesquisa é definida como uma forma de estudo de um objeto. Este estudo é sistemático e realizado com a finalidade de incorporar os resultados obtidos em expressões comunicáveis e comprovadas aos níveis do conhecimento obtido.

A presente pesquisa tem início em uma pergunta, para a qual busca-se uma resposta de acordo com os objetivos propostos. A fundamentação é feita a partir de artigos científicos colhidos em plataformas de acesso confiável, livros, teses e dissertações de instituições renomadas. A busca pela pesquisa se fez em torno do assunto adoção tardia, visando trazer o tema para um aspecto mais próximo ao trabalho do psicólogo, e buscando entender qual é o papel fundamental desse profissional dentro desse contexto. Portanto, entende-se essa pesquisa como uma pesquisa bibliográfica. Segundo Fonseca (2002, p. 32),

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Para que o projeto de pesquisa fosse elaborado em tempo hábil, foi organizado um cronograma contendo todas as etapas que seriam realizadas durante a pesquisa, esse cronograma foi seguido de forma a evitar transtornos e desvios de tema. A conceitualização da forma como foi abordado o tema, consiste na demanda presente nos dias atuais, sendo que pouco se sabe sobre como é a abordagem seguida pelos profissionais de psicologia dentro de processos de adoção, e menos ainda quando o assunto cabe à adoção tardia.

Contudo, a presente pesquisa baseou-se no problema de pesquisa levantado em pré-projeto, seguindo o modelo de pesquisa entendido por Gil (2007, p. 44) onde o autor salienta que “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre in-

vestigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.”

A pesquisa considerou autores de temas relacionados à Adoção Tardia e à Psicologia, com o intuito de trazer uma proximidade maior entre os mesmos. E correlacionar aspectos inerentes à área.

A partir de definido o rumo a ser seguido como norteador para a pesquisa, deu-se início à uma procura de material que pudesse compor a bibliografia do trabalho, respondendo as questões propostas pelos objetivos compreendidos anteriormente. Tendo sido definida a bibliografia, a análise dos conteúdos propostos pelos autores foi feita através de leitura minuciosa das obras, a fim de procurar entender a proposta dos mesmos e responder o problema de pesquisa instaurado.

Após essa fase, foram analisados os conteúdos e ideias propostos pelos autores, a fim de conseguir fundamentar os resultados e elaborar uma discussão sólida sobre o tema. Com isso, foram levantados resultados relevantes sobre o tema, que puderam fornecer informações firmes para as considerações finais da pesquisa.

DISCUSSÃO

Sendo assim, a intenção dessa pesquisa é abordar o tema adoção tardia e o papel que um profissional de psicologia tem dentro desse contexto, uma vez que, seria ele um dos mais qualificados para promover as condições necessárias que envolvem esse tipo de adoção. Sendo uma espécie de intermediador entre as partes, levando em consideração a história das crianças maiores que são candidatas à adoção e as expectativas dos futuros pais.

Todo processo de adoção precisa de uma equipe de multiprofissionais que atuam desde o momento em que a criança é retirada de seu lar de origem, enquanto vive em abrigos e quando encontra uma família substituta para avaliar e dar suporte aos pretendentes à adoção e principalmente à criança.

Weber (1999) reforça esse discurso dizendo que é de fundamental importância o acompanhamento antes e após a adoção, e que o profissional que será responsável pela realização dessa tarefa exercerá um papel indispensável, sendo que ele irá avaliar e observar os aspectos da nova rotina e dinâmica nessa família, se não estão acontecendo casos de negligência ou maus tratos, evitando assim que a adoção fracasse.

No que diz respeito a isso, Hersov (1996) citado por Ebrahim (2001) comenta que é estritamente necessário o acesso às informações anteriores à adoção, para que as famílias possam se preparar para possíveis dificuldades que possam surgir no ajustamento da criança à nova família. Com isso o autor salienta que é fundamental que os adotantes possuam um suporte, antes, durante e após o processo de adoção, tanto no contexto jurídico como no social e emocional, uma vez que esse apoio se tornaria um elemento fundamental para a estruturação e manutenção do vínculo familiar.

Considerando esse pensamento podemos trazer a fala de Berthoud (1997) apontado por Reis et al (2017), onde os autores comentam sobre o processo de adoção, e como ele pode ser traumático e estressante para as famílias, sendo assim, o acompanhamento psicológico para as famílias seria uma alternativa para evitar que elas entrem em crise e comecem um processo de sofrimento que pode gerar situações traumáticas de sofrimento.

Ainda seguindo o pensamento dos autores, o tempo de espera pela adoção pode ser encarado como um período de preparação para a chegada daquele filho tão esperado, ou até mesmo pode acabar servindo como um gatilho para o aparecimento de problemas relacionados à angústia e ansiedade, já que a espera pela criança pode demorar mais que o esperado. Nesse sentido os autores atentam para o papel do psicólogo dentro desse contexto, onde ele ajudaria os pais adotantes a passar por esse estágio, acompanhando o processo desde seu cerne.

Levando em consideração no que cabe à adoções tardias as dificuldades são essencialmente maiores do que adoção de um recém-nascido, cabe trazer a fala de Vargas (1998, p. 14), onde o autor esclarece que especialmente em adoções tardias “é fundamental importância a preparação e o acompanhamento da família, específico à situação de crise que se instala a partir da formação de um novo grupo familiar”.

Oliveira et al (2010) ressaltam que as crianças ao chegarem nos abrigos com uma idade mais avançada, normalmente já passaram por alguma experiência de abandono que tenha marcado sua vida. Por esse motivo criar uma ligação de afeto e confiança com elas se torna um tanto quanto difícil, e as motivações para encontrar uma família que possa lhe dar segurança se tornam menores, pois os traumas do passado não permitirão. O psicólogo pode trabalhar nesse contexto, uma vez que ele pode dar suporte para que os traumas sejam superados, e que a relação com a nova família possa ser fortalecida.

Silva (2012, p. 20) fala sobre o quão difícil pode ser a separação da criança e sua família biológica no seguinte trecho:

São tantos os fatores que implicam na separação de entes queridos e/ou entre sujeitos e esses fatores muitas das vezes implicam em problemas, transtornos emocionais que afligem os indivíduos durante toda a sua vida, algumas vezes imperceptíveis, outras facilmente detectadas a “olhos nus”.

De acordo com a fala da autora, podemos perceber que esse momento de separação pode ser bastante traumático para as crianças, uma vez que, como entendido anteriormente, a família é onde a criança busca referências para se desenvolver, família é a base que está presente durante nosso processo de crescimento e conhecimento do mundo.

Seguindo esse pensamento podemos citar a fala de Palacios (2009) onde o autor complementa dizendo que nos casos em que as crianças foram afetadas psicologicamente e fisicamente, o psicólogo aos poucos vai descobrindo o que está acontecendo com essa criança. Pois com o avanço do acompanhamento psicológico, as questões vão sendo ampliadas e descobertas.

Cabe trazer novamente a fala de Oliveira et al (2010) onde os autores comentam sobre quais são os resultados possíveis dos casos onde as crianças tenham passado por maus tratos, e que as mesmas podem apresentar baixo desempenho escolar, perturbações de conduta, casos de atraso na linguagem também são comuns.

Peiter (2008) citado por Alvarenga et al (2013) defendem o quão necessário se faz a presença de um profissional qualificado para a preparação da criança durante o processo de adoção, uma vez que a mesma precisa estar bem para poder integrar a nova família. Os autores consideram que, muitas crianças não estão preparadas psicologica-

mente para fazer parte dessa nova família, resultando em uma difícil inclusão dentro desse novo ambiente familiar. Nesse contexto o psicólogo pode abordar a preparação da criança, tanto para o desligamento da instituição na qual a mesma estava inserida, quanto para a sua inserção nessa nova família, a fim de evitar casos de má adaptação.

Para entender melhor sobre a atuação do psicólogo dentro desse contexto, cabe trazer a fala de Alvarenga et al (2013, p. 5) onde as autoras discorrem o seguinte:

[...] torna-se evidente a importância do trabalho do Psicólogo em processos de adoção. Chamamos a atenção para o fato de que cada caso demanda um tempo e um manejo específicos, nem sempre atualmente possíveis no trabalho institucional. É necessário se pensar em estratégias apropriadas, de modo que possam ser minimizadas as probabilidades de fracasso [...].

Ou seja, a importância do trabalho do psicólogo em casos de adoção é algo que fica implícito desde o momento em que sabemos que estamos trabalhando com a construção de uma nova família, e que é necessário levar em conta toda a subjetividade desses indivíduos, toda as suas histórias, tanto dos pais adotantes quanto dos filhos que serão adotados. O acompanhamento deste profissional como exemplificam as autoras, faz-se de uma maneira a fim de evitar o fracasso do processo, levantando informações e possibilidades que apenas um profissional que trabalha com o entendimento do comportamento e subjetividade humana pode apresentar.

Alvarenga et al (2013) comentam também que cabe apontar os casos em que a adoção não consegue ser bem-sucedida, o psicólogo pode e deverá atuar junto a outros profissionais com esses indivíduos. Afim de minimizar danos emocionais. Uma vez que, os mesmos podem passar por processos de luto. Nesse caso podemos entender que a presença do psicólogo é necessária de forma a acolher esses indivíduos, antes e após o processo de adoção e independente do resultado obtido com o mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pertencer à uma família, ter um vínculo com pessoas, e manter esses relacionamentos durante nossos primeiros anos de vida são fundamentais para que nosso desenvolvimento seja realizado de maneira correta, sem problemas durante esse o percurso. Porém, nem sempre, como pudemos observar, a família tem condições para criar, educar e cuidar de suas crianças, deixando-as muitas vezes desamparadas. Mas esse não é o fim da linha para elas, o Estado tem o dever de amparar essas crianças, e proporcionar condições adequadas para seu desenvolvimento pleno. Com isso, surgem as instituições de cuidado, onde as crianças ficam até serem acolhidas por outra família ou completarem a maioridade.

É considerável o número de crianças para adoção no país, e esse número torna-se ainda mais significativo se levarmos em conta a dificuldade de encontrar um lar para crianças maiores de três anos. A dificuldade de ser realizada uma adoção tardia, como é chamada faz com que seja necessária a intervenção de um profissional dentro desse processo. Ao psicólogo cabe a função de acompanhar os casos de adoção com o intuito de conhecer bem os envolvidos, sejam eles os adotantes ou candidatos à adoção.

Percebe-se então que a Psicologia inserida dentro do contexto relacionado à

adoção, faz-se muito importante, tornando o psicólogo uma peça chave dentro do processo como um todo.

Pois, esse é o profissional que possui instrução suficiente para tratar de aspectos que envolvem a subjetividade das pessoas assim como o emocional, fazendo uma preparação para tudo que poderá acontecer.

Fica nitida também a necessidade de acompanhamento psicológico durante o processo de adoção, sendo que normalmente as crianças institucionalizadas possuem um histórico de negligência ou maus tratos vindo da família biológica, fazendo com que a sua adaptação em uma nova família seja mais difícil. Com isso o psicólogo pode intervir em possíveis casos em nos quais existam essas dificuldades. E, em casos específicos quando os traumas advindos do histórico da criança causam danos severos em seu desenvolvimento.

Também de acordo com os dados coletados na pesquisa, pode-se concluir que a presença do psicólogo é necessária antes, durante e após o processo de adoção tardia, em vista que, o mesmo pode auxiliar na preparação dessa família para acolher um novo membro. A espera também pode demorar dependendo dos andamentos judiciais. E por fim no processo de pós adoção, onde a família já está composta e precisa se reconhecer como tal, aceitando as vivências de cada membro, seja ele criança ou adulto.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. L.; BITTENCOURT, M. I. G. F. A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando fam.* vol.17 no.1 Porto Alegre jul. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em: 18 out. 2019.

ARNOLD, C. P. Adoção Tardia: do estigma à solidariedade. *AmicusCuriae* V.5, N.5 (2008), 2011. Disponível em: http://www.ucv.edu.br/fotos/files/TCC-2014_2-Thais.pdf. Acesso em: 21 abr. 2018.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.069/90 de 13.07.1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIAS, M. B. Manual de Direito das Famílias. 9. ed. São Paulo: RT, 2013.

DINIZ, J. S. A adoção: Notas para uma visão global. In: FREIRE, F. Abandono e Adoção: Contribuições para uma Cultura da Adoção. Curitiba: Terre, 2010.

EBRAHIM, S. G. Adoção tardia: uma visão comparativa. *Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas*, v. 18, n. 2, p. 29-40, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v18n2/03.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEVINZON, G. K. Adoção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. Disponível em <<http://books.google.com.br>. Acesso em: 21 abr. 2018.

MARIANO, F. N.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicol. Reflexão. Crítica*. Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 12 abr. 2018.

NOAL, J.; NEIVA-SILVA, L. Adoção, Adoção Tardia e Apadrinhamento Afetivo: Intervenções em Relação a Criança e Adolescentes Vítimas de Abandono e Institucionalizadas. In: HUTZ, Claudio Simon. *Prevenção e Intervenção em Situações de Risco e Vulnerabilidade*. 1ª Edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 8 – 48. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2018.

OLIVEIRA, S. V.; PRÓCHNO, C. C. S. A Vinculação Afetiva para Crianças Institucionalizadas à Espera de Adoção. *Psicologia ciência e profissão*, 2010, 30 (1), 62-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n1/v30n1a06.pdf> Acesso em: 18 out. 2019.

OLIVEIRA, P. A. B. A.; SOUTO, J. B. S. Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação. *Psicologia: Ciência e Profissão* Out/Dez. 2017 v. 37 nº4, 909-922. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 15 out. 2019.

PALACIOS, J. Adoção como intervenção e intervenção como adoção. *Papéis do psicólogo*, 30, 53-62. Universidade de Sevilha, 2009. Disponível em: http://www.infocop.es/view_article.asp?id=2274 Acesso em: 15 out. 2019.

PURETZ, A.; LUIZ, D. E. C. Adoção Tardia: Desafios e Perspectivas na Sociedade Contemporânea. 2007. Disponível em: http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/480/ARTIGO_Adocao. Acesso em: 18 abr. 2018.

REPPOLD, C. T.; Aspectos Práticos e Teóricos da Avaliação Psicossocial para Habilitação à Adoção. In: _____. *Violência e Risco na Infância e Adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

REIS, A. M.; LEITE, C. M. S.; MENDANHA, E. C. C. A importância do psicólogo jurídico nas práticas de adoção. *De Magistro de Filosofia* ano X n. 22, 2017. Disponível em: <http://catolicadeanapolis.edu.br>. Acesso em: 15 out. 2019.

RODRIGUES, E.; ROSIN S. M. *Infância e práticas educativas*. 1ed. Maringá: Eduem, 2007.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. *Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-Filial na Percepção dos Pais*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tpsy/v26n1/2358-1883-tpsy-26-01-0311.pdf>

Acesso em: 18 out. 2019.

SILVA, G. C. R. F. A criança como sujeito no processo de adoção. *Paidéia* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, abr. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000100016>. Acesso em 12 abr. 2018.

SILVA, R. A. O. *A Adoção De Crianças No Brasil: Os Entraves Jurídicos E Institucionais*. Centro Universitário Fieo, Osasco, 2012. Disponível em: http://www.unifieo.br/pdfs/marketing/dissertacoes_psico_2012/Raquel_Silva.pdf Acesso em: 15 out 2019.

VARGAS, M. M. *Adoção Tardia: Da Família Sonhadora à Família Possível*. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=6yOWdUj4RV4C&oi=fnd&pg=PA1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 abr. 2018.

WEBER, L. N. D. O filho universal: Um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais. *Revista Direito de Família e Ciências Humanas*, Paraná, nº 2, 1998, p. 119 – 152. Disponível em: <http://lidiaweber.com.br/Artigos/1998/1998Ofilhouniversal.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

WEBER, L. N. D. Pensamentos sobre preconceitos, terceira idade, adoção e outros que tais. In: ANDREI, D. C. (org.). *Reencontro com a esperança: reflexões sobre a adoção e a família*. Londrina: do Autor, 1999.

ZORNIG, S. A. J.; LEVY, L. Uma criança em busca de uma janela: Função materna e trauma. *Estilos da Clínica*, 11(20), 28-37, 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282006000100003&lng=pt&tlng=p. Acesso em: 25 out. 2019.

VIVÊNCIAS NA GEODIVERSIDADE DA ILHA DE SANTA CATARINA: A PRAIA DO PÂNTANO DO SUL

Roberta Alencar¹

A Ilha de Santa Catarina dispõe de mais de 40 praias com diversas particularidades e belezas naturais. O geoturismo, que contempla atividades ao ar livre em contato com aspectos geológicos e geomorfológicos, estão em potencial crescimento na capital catarinense. São trilhas e visitas a costões e ilhotas que possibilitam o acesso a geodiversidade, como os registros deixados pelos primeiros habitantes de Florianópolis, que viveram há aproximadamente cinco mil anos Antes do Presente. A sociedade dos homens do Sambaqui deixou marcas no diabásio, pois o utilizava como oficina lítica, onde amolavam suas ferramentas e também onde registraram gravuras rupestres. O magma que formou o diabásio aproveitou as fraturas do Granito Ilha, uma rocha abundante em Florianópolis, para ascender de áreas profundas do planeta, invadindo e preenchendo espaços nesta rocha mais antiga, originando assim corpos rochosos chamados diques. Sobre o diabásio é possível ainda falar que sua coloração é escura, é torna-se impossível diferenciar os minerais, pois são muito pequeninos. A praia do Pântano do Sul localizada ao sul da Ilha de Santa Catarina é composta por uma conhecida comunidade de pescadores tradicionais. Ao chegar na praia siga a direção à direita da entrada principal e encontrará a beira mar, rochas de diabásio. Na areia da praia, também denominada tecnicamente como depósito praial, os sedimentos depositados por ação marinha são originados de rochas claras e ricas em quartzo, como o Granito Ilha, quanto escuras provenientes do diabásio. Proponho que experimente uma vivência utilizando um papel e ímã. Colete pequenas rochas de diabásio e também um pouco da amostra da areia e coloque sobre um papel, movimente o ímã por baixo do papel e veja o que acontece. O ímã atrai os pequenos grãos escuros, pois em sua composição há minerais de magnetita e ilmenita (óxidos de ferro e ferro mais titânio, respectivamente). Conhecer a praia do Pântano Sul é uma possibilidade de desfrutar o sol e o banho de mar e, ainda os conhecimentos científicos que a geodiversidade local oferece.

Palavras-chaves: Geodiversidade; Geoturismo; Educação; Ilha de Santa Catarina

Alencar, R.; Guimarães, G. B.; Mochiutti, N. F. B. Um pedacinho de terra e muitas histórias para contar: A geodiversidade de Florianópolis. 1.ed. Florianópolis. 2019. 44p.

Moreira, Jasmine C. Geoturismo e interpretação ambiental Jasmine Cardozo Moreira. 1. ed. rev. atual. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. 157 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/v4ddr/pdf/moreira-9788577982134.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

¹ Geógrafa, Mestre – UNIFACVEST.

NIVELAMENTO GEOGRAFIA – PARTE I: NOÇÕES ELEMENTARES E GEOGRAFIA DO BRASIL

Prof. Dra. Gisèle Neves Maciel
Núcleo de produções EaD/ Unifacvest

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao final deste texto, você deve apresentar os seguintes aprendizados:

- Reconhecer a localização e características dos continentes e oceanos.
- Conhecer aspectos físicos do espaço (geologia, relevo, clima, vegetação, hidrografia).
- Conhecer os principais aspectos econômicos e sociais da formação do território brasileiro.

INTRODUÇÃO

A Geografia é considerada uma ciência de síntese – que realiza uma grande síntese sobre os processos decorridos nas esferas social e natural, ou seja, entre sociedade e natureza. Diversos fenômenos e processos, decorrentes dessa interação, podem ser visualizados, estudados e explicados no espaço, sendo esse, então, o grande objeto de estudo dessa ciência (Santos, 1982). A formação do espaço geográfico decorre da combinação constante e dinâmica entre sociedade e natureza.

Quando as análises se inclinam à esfera social ressaltarão elementos e conteúdos de diferentes áreas do conhecimento como a história, a economia e a sociologia. E quando se sobressairem os aspectos da natureza será necessário recorrer aos conhecimentos específicos de ciências como a geologia, a climatologia e a oceanografia. Reconhecer fenômenos isolados e estudar suas combinações processuais é a prática da ciência geográfica desde o desenvolvimento da Geografia Moderna (meados do século XIX), com Karl Ritter e Alexander von Humboldt, na Alemanha (Pereira, 1999).

Nessa unidade de aprendizagem você terá acesso a informações e alguns conceitos referentes a conteúdos de geografia geral, do Brasil e de geopolítica. Os itens aqui apresentados possibilitarão que você relembre (ou venha a conhecer) alguns elementos estudados no ensino médio, apontando outros temas da atualidade do espaço geográfico.

A TERRA NO UNIVERSO

Segundo a teoria predominante na comunidade científica, o universo teria surgido de grande explosão, entre 10 e 15 bilhões de anos atrás, denominada Big Bang. Nosso planeta é apenas mais um astro entre as centenas de milhões existentes nesse universo. Mas até onde os estudos científicos puderam chegar não temos comprovação da existência de vida inteligente, da forma que a conhecemos e a concebemos, em outros

planetas.

A Terra é o terceiro planeta do Sistema Solar em relação ao Sol. Ela executa dois movimentos principais:

- Rotação: onde gira em torno de seu próprio eixo, numa duração de aproximadamente 24 horas, gerando dias e noites;

- Translação: onde gira em torno do Sol, numa duração de aproximadamente 365 dias, que padronizamos como a duração de um ano, além da ocorrência das estações do ano.

Nosso planeta possui um satélite natural – a Lua – que descreve uma órbita em torno da Terra e que devido aos movimentos de rotação do planeta ao seu eixo de inclinação cria movimentos aparentes de transformação de sua forma, as chamadas fases lunares (lua nova, crescente, cheia e minguante).

Ver link

Movimentos da Terra:

<https://atlascolar.ibge.gov.br/a-terra/nosso-planeta-no-universo>

LOCALIZAÇÃO DE CONTINENTES E OCEANOS.

Ampliando a escala de análise, ou seja, aumentando os detalhes observados e diminuindo a área observada, depois do Sistema Solar passamos a analisar o globo terrestre. A primeira constatação diz respeito da proporção de água e terra que temos no globo: cerca de 70% de água e 30% de terra. Lembrando que menos de 3% da porção de água do planeta é de água doce.

As grandes massas de água salgada formam o que chamamos de oceanos e as grandes placas de terra, além da consideração de aspectos históricos e populacionais, formam o que chamamos de continentes. Temos, assim, 6 continentes e 5 oceanos, que são respectivamente: América, Europa, Ásia, África, Oceania e Antártida, e oceanos Atlântico, Pacífico, Índico, Glacial Ártico e Antártico. Na figura, a seguir, você pode observar os contornos e a localização dos continentes (figura presente no artigo original).

ASPECTOS FÍSICOS DO ESPAÇO.

Começaremos esse item com uma pergunta: haveria sociedade sem espaço físico? Viveríamos no “espaço” sem os pés no chão? Certamente as respostas a essas perguntas podem vir acompanhadas de algum riso. O que queremos com elas é provocar em você a reflexão sobre a importância da base material para a vida: os solos, a água, as espécies vegetais e animais, a atmosfera como um todo. Toda essa base pode ser estudada por meio de certas áreas do conhecimento e são também estudadas na Geografia.

Com a geologia, por exemplo, conhecemos como se dá a formação interna das camadas terrestres que são o fundamento da superfície e das formas de relevo: montanhas, morros, planaltos, planícies, vales, depressões, etc. Com a climatologia, reconhecemos os tipos de clima e seus impactos na produção de alimentos e ocupação do espaço. A maneira como os tipos de clima, vegetação, e solo se entrelaçam formam complexas paisagens e regiões muito distintas no globo terrestre. Os conhecimentos das áreas de hidrografia, geomorfologia e oceanografia também são imprescindíveis aos

estudos geográficos e o modo de representar essas informações especializadas nos faz recorrer a ciência cartográfica.

EXERCÍCIOS.

1- Desde a descoberta de Nicolau Copérnico, sabe-se que o modelo que explicava a Terra como centro do universo estava equivocado. O movimento aparente do Sol em relação ao nosso planeta ocorre em função:

- a) Dos movimentos dos planetas entre o Sol e Terra.
- b) Dos movimentos de rotação e translação da Terra.
- c) Das fases da Lua.
- d) Dos períodos de eclipse.
- e) Do movimento do Sol em torno da Terra.

Alternativa correta: letra b.

2- A formação do planeta Terra remonta há bilhões de anos. As estruturas geológicas são testemunhos espaciais de inúmeras mudanças ao longo do tempo. Em relação as camadas geológicas da Terra, assinale a alternativa com as informações corretas.

- a) As camadas terrestres são bastante superficiais.
- b) As camadas terrestres são formadas por materiais e espessuras distintas.
- c) As camadas terrestres são formadas apenas pelo manto e pela crosta.
- d) Toda a extensão das camadas terrestres está sujeita a terremotos.
- e) Todas as camadas terrestres possuem os mesmos componentes minerais.

Alternativa correta: letra b.

3- A ocupação do espaço que hoje forma o Brasil, pelos portugueses, se deu em meio a um contexto de:

- a) Busca por territórios a serem cristianizados.
- b) Busca por uma nova rota de comércio.
- c) Busca por territórios a serem colonizados por portugueses e espanhóis, principalmente.
- d) Busca por matérias-primas para a indústria portuguesa.
- e) Busca de tesouros naufragados no litoral.

Alternativa correta: letra c.

4- Ao se depararem com povos de modos de vida muito distintos dos europeus, os portugueses, com auxílio dos padres jesuítas, identificam duas grandes matri-

zes linguísticas entre os indígenas. Quais eram essas matrizes?

- a) Tupinamba e Jê.
- b) Kranahá e Guarani.
- c) Guarani e Tupi.
- d) Tupi-Guarani e Jê.
- e) Yanomami e Tupi.

Alternativa correta: letra d.

ASPECTOS FÍSICOS DO BRASIL.

No Brasil, a formação geológica predominante deu origem aos planaltos e planícies, e apesar da grande quantidade de morros e de haver picos muito altos não temos nenhuma montanha no país. A estrutura geológica é formada principalmente por: Escudos cristalinos, com origem no Pré-Cambriano; Bacias sedimentares, com origem na era Paleozoica e os Terrenos vulcânicos. Do ponto de vista da geomorfologia os principais modificadores do relevo em sua externalidade são as intemperes climáticas e as ações desmatamento muito frequentes em áreas de encosta no Brasil.

Ver link

Mapa com formações geológicas e tipos de rocha:
https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_esboco_geologico.pdf

Da decomposição das rochas, com a passagem do tempo e dos processos de intemperismo se dá a formação dos solos. Os estudos sobre a pedologia demonstram que os principais tipos de solos brasileiros são: a Terra roxa, o Massapé, o Salmorão, e os Aluviais.

Devido à grande extensão territorial do país, comais de 8.511.000 km², a variedade de tipos de clima é muito grande. Temos do clima subtropical com ocorrência de neve, episodicamente, até a o clima equatorial com temperaturas e umidades muito elevadas. Outros tipos de clima verificados no Brasil são: o tropical, o tropical de altitude, e o semi-árido.

Temos um número muito significativo de bacias hidrográficas, incluindo a maior do mundo, que é a bacia amazônica, cujo as águas começam a se formar por pequenas nascentes na Cordilheira dos Andes. Há vertentes que desembocam no Oceano Atlântico e vertentes cujos os rios desembocam na bacia do Prata.

Outro ponto de grande destaque no território é a variedade da composição vegetal. Há diversos tipos de florestas entre elas a floresta Amazônica, cujos os limites extrapolam as fronteiras nacionais. No Brasil, há oito grandes grupos florestais: Caatinga, Campos (ou Pampa), Cerrado, Floresta Amazônica, Mangues, Mata Atlântica, Mata de Araucária, Mata de Cocais e Pantanal. Lembrando que o tipo de vegetação de uma área está diretamente relacionado com o tipo de solo, clima e relevo.

FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BRASIL.

No século XVI, quando os portugueses começaram a dominar o território que formou o país, haviam centenas de grupos étnicos que constituíam os povos nativos ou na visão dos europeus - os grupos indígenas. O impacto do contato entre europeus e os nativos devastou a maior parte das etnias existentes naquele período. Segundo a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz (2019) o primeiro extermínio realizado foi o biológico – já que as populações nativas não tinham qualquer defesa imunológica contra as doenças comuns entre os europeus. Quanto as matrizes linguísticas percebidas pelos portugueses e estudadas pelos jesuítas, haviam dois grandes grupos linguísticos: um de matriz Jê e outro de matriz Tupu- Guarani. Atualmente, são cerca de trezentas etnias apenas.

DICA

Em escala continental, identificando o que hoje reconhecemos como América Latina, existiram três grandes civilizações de povos originários: os Astecas, os Maias e o Incas que foram sendo dizimados devido o domínio colonial espanhol.

Em meio a violenta expropriação de recursos naturais e de vida das populações nativas, a formação populacional da colônia portuguesa que viria a se tornar o Brasil, envolveu os portugueses, os indígenas e os africanos trazidos à revelia e escravizados pelo tráfico negreiro. Mais tarde, já no final do Brasil Império (1860-1889), grupos de italianos, alemães, espanhóis, poloneses (e mais tarde os japoneses) vêm numa onda migratória que tinha o objetivo não declarado de “branquear” a sociedade brasileira (Schwarcz, 2019). Reconhecendo o caráter exploratório e violento com o qual a população brasileira foi formada, é preciso abandonar o mito da miscigenação espontânea e de contornos pacíficos.

Para entender a maneira como a população foi ocupando e desenvolvendo-se num território muito amplo, e diverso, é preciso estudar como as atividades econômicas desenvolvidas ao longo dos cinco séculos produziram a formação sócio-espacial do país, ou seja, como a relação da sociedade com a natureza por meio do trabalho, em certos lugares e com formas de produzir específicas, foi desenvolvendo-se em relação ao espaço geográfico.

As populações nativas que ocupavam este território viviam em geral da caça, da coleta de alimentos, da pesca e muitos grupos praticavam a agricultura. Não havia circulação de moeda nem trabalho remunerado monetariamente. De forma muito sucinta, apresentam-se, a seguir, as atividades econômicas e os espaços ocupados de 1550 até a atualidade:

- Nos primeiros da ocupação portuguesa deu-se a extração do pau-brasil, na faixa litorânea da região Nordeste, para aproveitamento da madeira, mas sobretudo pelo pigmento vermelho da seiva dessa espécie vegetal que seria usada para o tingimento dos tecidos da realeza europeia.

- Em seguida, houve um curto período de extração das chamadas drogas do sertão que eram compostas de sementes, raízes e plantas com propriedades medicinais e culinárias (exemplos: cravo, urucum, pimentas e baunilha). Esses produtos eram encontrados no sertão nordestino e na floresta Amazônica.

- Concomitantemente, entre a faixa litorânea e a região da Zona da Mata, desenvolveu-se a o plantio da cana-de-açúcar, no século XVII. Aqui o uso da mão-de-obra escravizada de origem africana se fez muito presente. Surgiram os grandes engenhos e a divisão econômica e social entre a casa grande e a senzala. Como produtos de circulação, em um nascente mercado interno, destacavam-se as produções de algodão, tabaco e gado.

- Embora tenha sido considerado um período curto de desenvolvimento da atividade, a mineração de ouro, em Minas Gerais, foi uma importante atividade econômica que muito contribuiu para o processo de interiorização da Coroa Portuguesa. Nessa atividade intensificou-se a utilização de mão-de-obra escravizada e a manutenção alimentar das vilas em Ouro Preto e Vila Rica se daria, principalmente, pelo charque trazido do Rio Grande do Sul.

- Da região Sul do Brasil, também no século XVIII, até áreas de São Paulo e Minas Gerais, houve uma produção e circulação muito significativa de gado *vacum* e muars. Parte do gado era transportado em pé, via caminho das tropas que perpassava os campos e planalto dos Brasil Meridional até o Sul de Minas Gerais.

- Entre os séculos XVII e XVIII, o que hoje reconhecemos como região Centro-Oeste manteve-se como um importante entreposto comercial ligando as regiões sudeste ao norte do país, em certas rotas, além do comércio com a rotas da bacia do Prata, com os países vizinhos. Destacaram-se nesse contexto as cidades de Corumbá e Cáceres.

- Entre os séculos XVIII e XIX, as fazendas de café vão se tornando a grande força econômica do país. Assim como no caso da cana-de-açúcar a produção se baseia no tripé do latifúndio – monocultura – escravidão. A região Sudeste vai se consolidando como área de grande poder econômico e político, do Império até a República.

DICA

Datas importantes: Lembre-se de que em 1822 o Brasil torna-se independente de Portugal. Em 1888 ocorre o fim da escravatura, embora os escravos não tenham recebido qualquer reparação ou indenização por parte do Estado brasileiro. E em 1889 tem fim a monarquia com a Proclamação da República.

- No início do século XX, em meio a Primeira Guerra Mundial, houve um importante investimento na produção da borracha natural, feita a partir do látex, nos seringais da floresta Amazônica.

- No final do século XVIII e início do século XX, em meio as sucessivas crises de exportação do café, mas de um crescente mercado interno movimentado pelo crescimento da mão-de-obra livre e assalariada, surgem as primeiras iniciativas industriais com capacidade de produção e circulação de produtos acessíveis a população em geral. Já na década de 1930, com as iniciativas de apoio e investimentos governamentais na industrialização do país, o Brasil vai adquirindo condições de sair da condição de país agrário para um país industrializado e com a maior parte da população vivendo em áreas urbanas (1960).

TIPOS DE REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL.

Há diversos tipos de regionalização de um território. No Brasil, os três tipos mais utilizados são: a regionalização do IBGE, dos Complexos Geo-econômicos e a regionalização de Milton Santos.

Nos complexos geo-econômicos, propostos pelo geógrafo Pedro Gaiger, prevalece a análise das relações ente espaço natural e atividades econômicas, havendo assim, três grandes complexos regionais: o amazônico, o nordeste e o centro-sul. Já na regionalização desenvolvida por Milton Santos temos a consideração dos chamados fluxos e fixos do território (serviços, informações, infraestrutura, etc.). Nela, temos quatro grandes regiões: O Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste e a região Concentrada (Sudeste e Sul).

Na regionalização do IBGE, que é mais utilizada, prevalecem os critérios administrativos. Tem-se, então, cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Na figura, reproduzida a seguir, estão as cinco regiões do IBGE (figura presente no artigo original).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

IBGE. Figura dos planetas no Sistema Solar. Disponível em: <<https://atlascolar.ibge.gov.br/a-terra/nosso-planeta-no-universo>>. Acesso 09 de jan. 2020.

IBGE. Figura dos continentes da Terra. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/images/educa/continentes_2018.pdf>. Acesso 21 de jan. 2020

IBGE. Figura das regiões do Brasil. Disponível em <http://geofp.ibge.gov.br/produutos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_nacionais/politico/brasil_grandes_regioes.pdf>. Acesso em 22 jan. 2020.

IBGE. Esboço Geológico. Disponível em: <https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_esboco_geologico.pdf>. Acesso em 09 jan. 2020.

IBGE. Nosso planeta no Universo. Disponível em: <<https://atlascolar.ibge.gov.br/a-terra/nosso-planeta-no-universo>>. Acesso em 09 jan. 2020.

PEREIRA, Raquel M. F. do Amaral. Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna. 3ª ed. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 1999.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. 2ª ed. Petrópolis-RJ; Ed. Vozes, 1982.

SCHWARCZ, Lília. Entrevista (podcast). Caderno: Ilustríssima Folha. In: Folha de S. Paulo. Racismo no Brasil não é só herança da escravidão, diz antropóloga. Disponível em: < <https://folha.libsyn.com/racismo-no-brasil-no-s-herana-da-escravido-diz-antropologa>>. Acesso 21 jan. 2020.

NOTAS GEOGRÁFICAS SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DO PNL D: MERCADO EDITORIAL, O VELHO MARX E NÓS¹.

Giséle Neves Maciel²

In memoriam à

Professora Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira.

Introdução

Este texto, escrito em primeira pessoa, traz algumas reflexões elaboradas a partir da pesquisa de doutorado, defendida em 2015, que tratou do Programa Nacional do Livro Didático, das mudanças nas avaliações e no mercado editorial, e comprovou a permanência de diversas incorreções sobre o estado de Santa Catarina em livros didáticos de Geografia.

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas notas reflexivas sobre a temática dos livros didáticos enfatizando elementos implícitos da avaliação e aquisição desse material. Por meio de conceitos como oligopólio, concentração e centralização busco explicitar a condição de mercadoria do livro e a condição de agente de mercado do PNL D. Como referências teóricas e metodológicas utilizarei aqui conceitos, informações e dados encontrados em: Marx (1971); Martonne (1953); Soares (2007); Rocha (1994); Cassiano (2007); Maciel, (2015); Singer (1977); Warde (2011); Guias dos Livros Didáticos de Geografia (de 1999 a 2014); referências encontradas em livros didáticos aprovados em diferentes edições do PNL D, como: Vesentini; Vlach (2004; 2010; 2012); Moreira (2014); Sene; Moreira (2012), Giardino et al. (2012), e M. Adas; S. Adas (2014).

Ao final do texto são tecidas considerações e lançados alguns questionamentos com o intuito de estimular estudantes e professores de Geografia a desenvolverem pesquisas nessa temática.

Erros em livros didáticos de Geografia aprovados pelo PNL D. Mas como?

A linha seguida na pesquisa de doutorado, orientada pela professora Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, ressaltou a importância da correção das informações e dos conceitos geográficos contidos no material impresso mais utilizado na educação básica. Embora seja possível trabalhar pedagogicamente a partir da constatação de uma informação incorreta também é possível que em sala de aula possamos não a reconhecer como informação equivocada, e aí, uma sucessão de mal-entendidos ou “mal aprendidos” vai ganhando espaço.

Talvez seja aceitável que fora do âmbito do conhecimento geográfico um erro sobre a localização, por exemplo, possa ser considerado uma falha pequena, entretanto,

¹ Esse texto foi, primeiramente, apresentado em um espaço de diálogo sobre o ensino de Geografia, na 39ª Semana de Geografia da UFSC, SEMAGEO, em 2018. Como não houve publicação dos textos desse evento em anais, apresenta-se, agora, esse material na revista Ensaios Pedagógicos.

² Doutora em Geografia, professora efetiva na rede municipal de ensino de Florianópolis e no curso de Geografia EaD da Unifacvest, Lages-SC. Contato: giselenm@gmail.com.

A professora Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira foi professora no Curso e no Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFSC, tendo orientado diversas pesquisas ao longo de sua trajetória profissional, entre elas a tese de doutorado do qual esse texto é resultado.

um simples erro como esse configura-se em uma contrariedade a um dos princípios fundamentais da ciência geográfica – o princípio da localização/extensão (Martonne, 1953).

A pesquisa de doutorado evidenciou não apenas a presença de muitos erros em conteúdos sobre Santa Catarina, mas também a permanência desses erros. Depois de verificar a repetição de um trecho contendo informações incorretas em diferentes edições de um livro didático, no qual se afirmava que o município de Joinville fazia parte do Vale do Itajaí, e que essa região se destacava “nas atividades agrícolas e pecuárias” (Vesentini; Vlach, 2004, 2010, 2011), passei a questionar o comprometimento de autores e editoras com os conteúdos que elaboram e publicam, bem como a profundidade das análises realizadas nos processos de avaliação. Essa incorreção também foi verificada em livros de outros autores: em Moreira (2014, p. 329); “no livro que integra a nova coleção Velear, de Sene e J. Moreira (2012), permanece erro semelhante, na página 231; no livro componente da coleção Geografia nos Dias de Hoje, de Giardino et al. (2012), o município de Joinville também está localizado incorretamente, na página 218”. (MACIEL, 2015, p. 220). De maneira sucinta observo que Joinville localiza-se na região do Nordeste Catarinense, sendo um município com marcante atividade industrial, destacando-se a produção metal-mecânica e os plásticos de PVC (Rocha, 1994), já as atividades ligadas a agropecuária caracterizam o quadro produtivo das regiões do Meio-Oeste e Oeste Catarinense. Mas como essa incorreção passou por mais de quatro processos de avaliação?

Faz-se fundamental registrar que houve mudanças estruturais nas avaliações do PNLD decorrentes das pressões exercidas pelas editoras sobre o MEC, essas mudanças provocaram uma espécie de nivelamento médio da qualidade das obras. Passou-se a considerar que a presença de alguns erros nos livros não comprometeria a proposta pedagógica das coleções. Sobre essas mudanças destaco que entre 1999 e 2002 a avaliação dos livros era realizada de maneira isolada, ou seja, uma coleção de quatro livros poderia ter um ou dois livros reprovados, mas a partir do PNLD 2005 a reprovação/exclusão de um livro acarretava a reprovação/exclusão de toda a coleção. Certamente, muitos erros foram verificados pelas equipes de avaliação, mas parece ter havido uma tolerância a certa quantidade de incorreções nas coleções aprovadas.

É importante frisar que os Critérios Eliminatórios determinavam a exclusão de obras que contivessem erros de informação, atualização e conceituação (Brasil, Guia do Livro Didático de Geografia, 2010). Mas se algumas informações eram de fácil correção por que elas não foram realizadas? Essa pergunta ficou ainda mais pertinente a partir do PNLD 2014 que passou a oferecer às editoras a possibilidade de modificar/corrigir, em 48 horas, falhas pontuais verificadas pelos pareceristas e registradas nas fichas de avaliação.

Dentre as informações analisadas nos conteúdos sobre Santa Catarina, nas obras aprovadas nos PNLDs de 2011 e 2014, notei que mesmo em livros de diferentes autores e editoras, o município de Joinville continuou sendo localizado no Vale do Itajaí. Em outras incorreções presentes nos livros aprovados em 2014 também se pode “aprender” que o carvão mineral extraído em Santa Catarina abastece “as siderúrgicas dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do município de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, entre outras”. (M. ADAS; S. ADAS, 2014, p. 238). Na verdade, desde de a década de 1990, quando a atividade de extração foi entregue a iniciativa privada, a

produção de carvão mineral é pouco expressiva no quadro econômico da região Sul Catarinense e sua produção é direcionada a Termelétrica Jorge Lacerda (Capivari de Baixo, SC). Essa região passou por uma intensa crise econômica, seguida de intensa diversificação de suas atividades, sobressaindo-se os setores das facções têxteis, dos plásticos descartáveis e o setor cerâmico (de alto padrão). Evidencia-se que o trecho presente no livro de M. Adas; S. Adas (2014) conta com mais de duas décadas de desatualização, embora os Critérios Eliminatórios continuem, em teoria, exigindo a atualização e a correção das informações. E como saber se o erro presente no livro foi apontado pela equipe de avaliação? Até 2016 isso não era possível, pois o MEC proibia o acesso as fichas que ficavam arquivadas nas universidades responsáveis pelas avaliações. Há agora muito a ser investigado a partir delas.

Programa Nacional do Livro Didático – Por que o PNLD é importante?

Embora tenha se tornado conhecido apenas na década de noventa o PNLD foi criado em 1985, por meio do Decreto no 91.542, somente a partir de 1993, determinou-se que a compra dos livros passasse a ser subordinada à aprovação destes. O MEC constituiu uma equipe de professores responsáveis por realizar uma avaliação pedagógica dos livros didáticos mais solicitados e adquiridos pelo governo federal. Com inúmeras obras reprovadas, o ministério vacilou várias vezes na divulgação da lista de reprovação. As editoras e as associações de autores teceram declarações de descontentamento e fizeram críticas severas à avaliação alegando que os critérios utilizados eram subjetivos. Entre as bravatas declaradas nos jornais e os processos judiciais contra o MEC, as editoras foram ajustando seus livros para a avaliação de 1996. Nessa edição, foram analisados os livros destinados às primeiras séries do ensino fundamental, e somente em 1999 as séries finais teriam as coleções didáticas avaliadas e adquiridas pelo governo federal.

Em 2002 o PNLD ganhou registro no Guinness Book sendo considerado o maior programa de avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo. Some-se a essa marca as características de um país periférico, com um baixíssimo número de leitores, onde a maior parte da população afirma que o único livro que tem em casa é o livro didático (Cassiano, 2007). Também é preciso considerar que o programa tem uma esfera pedagógica e uma esfera mercadológica: o livro didático é analisado por meio de um processo sistemático de avaliação, mas é uma mercadoria produzida por empresas privadas.

Note-se que os recursos públicos envolvidos na aquisição das coleções vão diretamente para esfera privada. Poderíamos talvez, considerar, um dia, a circulação desses recursos somente na esfera pública se os livros didáticos fossem editados por editoras universitárias, por exemplo. E por que isso não ocorre? Primeiramente, porque as editoras conseguem produzir um livro por algo em torno de sete a oito reais, apenas. Com um valor idêntico não se poderia adquirir outro material significativo para a educação básica considerando o tripé valor do livro - custo por aluno - tempo de utilização. O lucro obtido pelas editoras se dá pela escala de venda e não pelo valor unitário do livro; Segundamente, porque cerca de 55% do faturamento editorial no Brasil advém das vendas de livros didáticos ao PNLD (Soares, 2007). Depois de alguns rumores sobre a continuidade do programa, a promulgação da “lei do PNLD”, por meio do Decreto-Lei

nº 7084, o estabeleceu como política de estado. Entre outras determinações o decreto exemplifica quais são os Critérios Eliminatórios Comuns que exigem a “correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos” (IV do Capítulo V, Seção II, do Art. 19 do Decreto nº 7.084 de 27/01/2010).

Em 2016, a nova cúpula que assumiu o MEC, convocada pela gestão Temer, afirmou que os recursos necessários para a realização de todas as modalidades do programa não estariam mais disponíveis. Como primeira medida, o PNLD foi transformado em programa de edição quadrienal. Isso significa que além das avaliações se darem a cada quatro anos, cada livro didático que chegar às escolas deverá durar esse mesmo período, e passará pelas mãos de quatro alunos. Entre as mudanças anunciadas quanto ao funcionamento do programa uma reivindicação antiga dos pesquisadores acabou sendo atendida: as fichas de avaliação passaram a ser disponibilizadas para consulta pública, até então, elas eram documentos sigilosos.

Outra grande mudança em andamento diz respeito ao formato das avaliações que, agora, passarão a ser realizadas por professores convocados diretamente pelo MEC, não sendo mais centralizadas pelas universidades. Embora coubessem muitas críticas a maneira como as coordenações formavam as equipes de avaliadores era notável a presença de profissionais envolvidos com a pesquisa de diversos ramos do conhecimento. É preciso aguardar e analisar os resultados da próxima avaliação do PNLD para 2019, mas a apreensão já se faz presente.

A Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e outras associações representativas da área de educação posicionaram-se contra esse novo formato. O anúncio dessa alteração foi tão significativo que em novembro de 2017 já circulavam textos pelas redes sociais solicitando “a inscrição de professores cristãos” na seleção que formará o banco de avaliadores para o PNLD. Ressalto que estamos tratando de um programa que avalia adquire e distribui livros didáticos para todos os alunos de escola pública.

Concentração e centralização de capital - Editoras, Marx e nós?

Convido o(a) leitor(a), agora, a uma divagação didática: suponha que o conteúdo trabalhado em uma aula sua tivesse a ver com as massas de ar que circulam pelo Brasil durante o outono. Imagine que no fundo da sala há alguém (nem físico e nem metafísico) que o olha atentamente. Segurando um charuto com um sorriso enigmático no canto da boca, o velho Marx aponta para o livro didático em suas mãos. Na sua mente, enquanto um aluno diz que esqueceu o caderno, surge a seguinte frase: “Os livros didáticos são um exemplo de formação de um mercado oligopolizado e monopsonio, com forte concentração e tendência crescente a centralização do capital”. Você tenta voltar a pensar nas massas de ar, sabe que ainda não fez nenhuma relação do clima com atividades econômicas, mas acontece que o material que está em suas mãos está repleto disso. Não importa que não tenha sido você a escolher o livro usado na escola, que você não seja professor de geografia, ou ainda que você não utilize o livro didático – porque como contribuintes brasileiros todos nós fazemos parte do PNLD, que desde 1996 já investiu mais de 15 bilhões de reais na avaliação, aquisição e distribuição de livros.

Propus essa divagação para facilitar a exposição de conceitos fundamentais da economia que podem esclarecer aspectos-chave do mercado de livros didáticos no

Brasil. Desde de a década de noventa há um crescente processo de oligopolização do setor editorial (Castro, 1996), ou seja, um grupo cada vez menor de editoras foi garantindo uma porção maior de vendas ao governo federal. Atualmente, cerca de 83% dos livros vendidos ao programa são editados por três grandes grupos editoriais: a Somos Educação – capital aberto (Abril Educação e Saraiva); a Santillana – capital aberto/espanhol (editora Moderna); e a FTD – capital nacional/pertencente a congregação católica (Maciel, 2015). O fato de ser o único grande comprador nessa negociação torna o PNLD um agente monopólio – ele o único comprador dos produtos de algumas empresas.

Embora as coleções aprovadas no PNLD possam ser direcionadas (respeitando algumas condições) para as livrarias, por exemplo, um livro que custa entre sete e oito reais para o PNLD, é vendido por até noventa reais para o consumidor comum. Enquanto na década de 1990 algumas editoras expandiram suas vendas e acumularam mais capital tornando-se líderes no ramo - o que configura a concentração na definição de Marx - nos anos seguintes houve uma crescente centralização econômica, ou seja, as maiores empresas do setor passam a adquirir editoras menores, e essa é a dita centralização do capital (Singer, 1977).

Nos últimos três anos têm-se intensificado as transações financeiras envolvendo ações das editoras. Em 2015, por exemplo, a Abril Educação, detentora da Ática e da Scipione (as editoras com maior número de coleções vendidas ao PNLD) foi vendida ao grupo Tarpur que administra a holding denominada de Somos, esse grupo, que já colocou parte de suas ações a negociação na bolsa de Nova York, também comprou o setor de publicações didáticos da Saraiva.

Além das movimentações financeiras entre editoras, também precisamos considerar quais geografias ocultas passam a se fazer atuantes na educação. Em abril de 2018, o grupo educacional Kroton anunciou a compra da Somos educação. O Kroton detém várias plataformas de ensino superior e se concluir a aquisição da Somos passará a deter a maior parcela de vendas de livros ao PNLD. É possível que passemos a verificar uma padronização cada vez maior dos conteúdos e das metodologias presentes nos livros didáticos, nos sistemas de ensino e nas plataformas de cursos superiores nas modalidades de EaD, conforme apontam alguns pesquisadores.

Frente a todo esse cenário acelerado pela crise econômica e política evidencia-se que as editoras, o velho Marx e nós temos muito a conversar e investigar. Para problematizar esse contexto menciono o processo descrito por Ward (2011) que analisou a mudança na concepção pedagógica dos livros didáticos nos EUA quando o padrão editorial americano se impôs ao padrão francês. Certamente, a Geografia tem muito a contribuir no debate dessas questões.

Considerações finais

Compreendo que o livro didático enquanto fruto de elaboração intelectual também é um material passível de erro, entretanto, por elaborarem um material com finalidade educativa autores e editores devem comprometer-se com o constante aperfeiçoamento de suas obras e isso começa pelo cumprimento do Critérios de Avaliação do PNLD. Por outro lado, cabe as equipes de avaliação fazerem valer os critérios que exigem a correção dos conteúdos. Certamente, a análise das fichas de avaliação poderá trazer importantes constatações sobre a qualidade dos livros e a eficiência das equipes

de avaliação e das editoras.

O PNLD tem uma função pedagógica importantíssima quanto ao fornecimento do material impresso mais utilizado na educação básica. Reforço essa afirmação lembrando um acontecimento ocorrido no estado de Pernambuco, em 2017: frente a uma forte enchente a menina Rivânia, de apenas oito anos, salvou os livros que tinha em casa – livros didáticos do PNLD. O fato do programa assegurar a maior parte do faturamento do setor editorial pode ser melhor explorado pelo governo federal, caso esteja comprometido com a qualidade e a eficiência deste, talvez nos próximos governos possamos retomar este ponto.

A concentração das vendas nas mãos de um grupo cada vez menor de editoras e a centralização do capital dessas empresas trará consequências a elaboração dos livros didáticos. Além dos conceitos de concentração e centralização que explicam tão bem elementos da crise econômica pela qual passamos, questões como a função e a responsabilidade dos autores e editores de livros como intelectuais da cultura também demandam estudos específicos. Por enquanto, na Geografia ainda seguimos sem um grupo de pesquisa que abarque a investigação dessa temática considerando as esferas objetivas e subjetivas do livro didático. Talvez algum aspecto abordado nesse texto possa estimular algum estudo entre aqueles que atuam na educação.

Referências bibliográficas:

ADAS, Melhen. ADAS, Sérgio. Expedições Geográficas. 7º ano. Moderna 1ª ed. São Paulo, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. Guia do Livro Didático de Geografia. Brasília: MEC/ SEF, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. Guia do Livro Didático de Geografia. Brasília: MEC/ SEF, 2013.

CASSIANO, C. F. O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 2007.

CASTRO, Jorge Abrahão. O processo de gasto público do Programa do Livro Didático. Texto para discussão – IPEA n.º 406. Mar. de 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3566>. Acesso 25 out. 2013.

MACIEL, Gisélé Neves. Livros didáticos de Geografia: editoras, avaliações e erros nos conteúdos sobre Santa Catarina (PNLD 1999-2014). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015, 386f.

MARTONNE, Emmanoel De. Panorama da Geografia. Vol 1. Lisboa. Edições Cosmos,

1953.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. (Primeiro livro, Vol. II) Cap. 2 Decréscimo Relativo da Parte Variável do Capital com o Progresso a Acumulação e da Concentração que a Acompanha. p. 722-730. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1971.

MOREIRA, Igor. Mundo da Geografia. 7º ano. 1ª ed. Editora Positivo, 2012.

PEREIRA, Diamantino. SANTOS, Douglas. Geografias do Mundo. 7º ano. 2ª ed. Editora FTD, 2012.

ROCHA, Isa O. Industrialização de Joinville (SC): da genese as exportações. Fpolis: UFSC, 1994. 176f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2ª ed. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1977.

SOARES, Ricardo Pereira. Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada - IPEA. (2007). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1307.pdf>. Acesso 06 nov. 2011.

WARDE, Mirian. A industrialização das editoras e dos livros didáticos nos Estados Unidos (do século XIX ao começo do século XX). Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 32, n. 114, p. 121-135, jan.-mar. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 02 mai. 2014.

VESENTINI, J. William. VLACH, Vânia. Geografia Crítica. 7º ano. 4ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2010.

_____. _____. Telares Geografia. 7º ano. 1ª ed. Editora Ática, 2012.

NORMAS PARA COLABORADORES

A Ensaios Pedagógicos - Geografia: Revista de Artigos e Produção Acadêmica do Curso de Geografia da UNIFACVEST tem as seguintes normas editoriais para a apresentação de artigos, resenhas e depoimentos:

1. Os artigos deverão ser inéditos (não publicados em periódicos de circulação nacional);
2. Os artigos deverão ser entregues num envelope fechado e o nome do autor deverá ser omitido para a apreciação e análise do Conselho Editorial;
3. Acompanhará o envelope com os artigos, um envelope lacrado, com o título do trabalho e um breve Curriculum Vitae, contendo: nome completo, última titulação e atividades profissionais em desenvolvimento, endereço completo com endereço eletrônico;
4. Dados técnicos: os artigos deverão conter de 5 a 15 páginas, incluindo texto, referências e ilustrações; Página: formato A4; margens: superior 1,5cm, inferior 2cm, esquerda 2cm, direita 2cm; medianiz 0,7, fonte Times New Roman tamanho 12, espaçamento simples. Deverá ser usado editor Word for Windows.
5. Depoimentos e resenhas não têm limite mínimo e máximo de páginas.
6. As referências devem seguir as normas da ABNT (NBR-6023:2000), no final do capítulo, digitadas em tamanho 12, sem itálico, com título da obra em negrito; citações seguirão a NBR 10520:2002.
7. As notas devem ser feitas no rodapé em tamanho de letra 10, a 1cm da margem inferior.
8. Os artigos deverão ser enviados em CD, acompanhado de três cópias impressas.
9. Os artigos deverão ser acompanhados de resumos em português e inglês de no máximo 10 linhas. As palavras resumo e abstract serão centradas, em negrito, tamanho 14, porém, o seu texto, em um único parágrafo, justificado, sem margem, em tamanho 12.
10. Deverá conter, abaixo do resumo e do abstract, até quatro palavras-chave (*key words*), também em tamanho 12;
11. O endereçamento para correspondência é: Revista Ensaios Pedagógicos. Att. Coordenação de Pesquisa e Extensão. Av. Mal. Floriano, 947. Lages – SC. E-mail: micciencia@gmail.com
12. Os autores receberão, no período de até 35 dias documento informando sobre a análise pelo Conselho Editorial e pelos revisores;
13. Os autores deverão anexar, junto ao envelope lacrado, declaração autorizando a Unifacvest e a Papervest editora a publicar os artigos sem quaisquer custos para os editores, bem como desenvolver publicidade na mídia sobre a publicação;
14. A periodicidade de circulação da revista será semestral e os artigos serão recebidos até 45 dias antes do fechamento da edição. Para o primeiro semestre serão aceitos artigos até o dia 10 de março. Para o segundo semestre serão aceitos artigos até o dia 10 de agosto.

